



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

OFICINA REGIONAL DE MOSAICOS DO CORREDOR CENTRAL DA MATA ATLÂNTICA

ESPÍRITO SANTO E SUL DA BAHIA

CENTRO ECOLÓGICO DA FUNDAÇÃO PRÓ-TAMAR

**REGÊNCIA - LINHARES - ES
13 E 14 DE AGOSTO DE 2009**

Relatório Síntese*:

Coordenação técnica: Clayton F. Lino – cnrbma@uol.com.br

Heloisa Dias – helocnrbma@uol.com.br

Apoio técnico: RBMA - Nilson Máximo – yvyambiental@gmail.com

IPEMA - Elizete Siqueira

IPEMA – Deusdedete Alle Son

IPEMA – Giovanni Loiola



* Relatório passível de ajustes finais pelos expositores



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

ÍNDICE

1. Introdução.....	02
2. Programação.....	03
3. Relato.....	04
Abertura da Oficina.....	04
Apresentação dos participantes.....	04
Programa Mosaicos e Corredores Ecológicos na Mata Atlântica: Base Conceitual e Marco Regulatório para Mosaicos de Áreas Protegidas.....	05
Corredor Ecológico Central da Mata Atlântica.....	08
Grupos de Trabalho dos Mosaicos do Corredor Central da Mata Atlântica.....	10
4. Apresentações.....	11
Resumo da apresentação sobre a Planície Costeira do Rio Doce.....	11
Resumo da apresentação sobre os manguezais da Baía de Vitória.....	13
Resumo da apresentação sobre o Extremo Sul da Bahia.....	17
Resumo da apresentação sobre o Baixo Sul da Bahia.....	19
5. Reunião dos Grupos de Trabalho.....	21
Estruturação dos Grupos de Trabalho por Mosaico.....	21
Resumo da reunião do Grupo de Trabalho do Mosaico do Manguezal da Baía de Vitória..	22
Resumo da reunião do Grupo de Trabalho do Mosaico da Planície Costeira do Rio Doce..	25
Resumo da reunião do Grupo de Trabalho dos Mosaicos do Sul da Bahia.....	30
6. Resultados e Encaminhamentos dos Grupos de Trabalho.....	32
Apresentação dos Resultados e Encaminhamentos do Grupo de Trabalho do Mosaico do Manguezal da Baía de Vitória.....	32
Apresentação dos Resultados e Encaminhamentos do Grupo de Trabalho do Mosaico da Planície Costeira do Rio Doce.....	34
Apresentação dos Resultados e Encaminhamentos do Grupo de Trabalho dos Mosaicos do Sul da Bahia.....	36
7. Encerramento.....	38
8. Encerramento.....	38
9. Anexos	
I – Lista de participantes	
II – Documentação de referência para os grupos de trabalho:	
i. Documento de referência RBMA: Subsídios para Marco Regulatório de Mosaicos de Áreas Protegidas versão 1.0 – agosto 2009;	
ii. Subsídios do I Seminário de Áreas Protegidas, Mosaicos e Corredores Ecológicos da Mata Atlântica - RBMA / TFC-CI / RMA / MMA – São Paulo – SP	
iii. Relatório do I Seminário sobre Gestão Territorial para Conservação da Biodiversidade - DAP/ SBF / MMA / WWF - Brasília – DF	
iv. Documento RBMA/IPEMA: Orientações aos GTs;	
v. Cadernos Série RBMA: número 18 – SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação; número 32: Mosaico de Unidades de Conservação Corredor da Serra do Mar; número 37: Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga – disponíveis para download em www.rbma.org.br ;	

III – Documentação fotográfica



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

1. INTRODUÇÃO

A Oficina Regional de Mosaicos do Corredor Central da Mata Atlântica ocorreu nos dias 13 e 14 de agosto de 2009, no Centro Ecológico da Fundação Pró-TAMAR em Regência, município de Linhares, no Estado do Espírito Santo, realizada pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em parceria com a Conservação Internacional do Brasil e apoio do Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica (Ipema), Projeto TAMAR, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) e Programa Homem e Biosfera (MaB).

Seu objetivo principal consistiu em promover o intercâmbio entre iniciativas de organização de Mosaicos relacionados ao Corredor Central da Mata Atlântica, abordando questões referentes à Base Conceitual e Marco Regulatório, além da Elaboração de planos para a criação de Mosaicos na região da Foz do Rio Doce, dos Manguezais da Baía de Vitória, do Baixo Sul da Bahia e do Extremo Sul da Bahia.

O compartilhamento de informações e criação de propostas tem como embasamento a publicação da Lei n. 9985 de 18 de julho de 2000 que definiu e consolidou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), reconhecendo como estruturas favoráveis à conservação do meio ambiente e diversidade biológica o Mosaico, o Corredor Ecológico e a Reserva da Biosfera.

Neste contexto, o Decreto n. 4340 de 22 de agosto de 2002 regulamentou o conceito de Mosaicos e Reservas da Biosfera, detalhando como devem ser realizadas as gestões destes instrumentos legais.

Desta forma, a reunião de gerentes de Unidades de Conservação, membros de conselhos de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, representantes do Governo Federal e Estadual e Municipais, pesquisadores e integrantes da sociedade civil organizada; possibilitou uma oportunidade para reflexão e geração de propostas para a criação, gestão e manutenção de Mosaicos, bem como identificar possíveis desafios provenientes da implantação de uma gestão territorial integrada em benefício da conservação da biodiversidade e de todos os setores e integrantes da sociedade.

O evento contou com presença de cerca de 40 participantes, representando órgãos gestores federal, estadual e da sociedade civil organizada.



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

2. PROGRAMAÇÃO

A Oficina Regional de Mosaicos do Corredor Central da Mata Atlântica apresentou o seguinte programa:

PRIMEIRO DIA (13 DE AGOSTO DE 2009)

- 9h00 às 9h30** **Abertura da Oficina**
- Recepção realizada por Heloisa Dias, representante do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.
- 9h30 às 10h00** **Apresentação dos participantes**
- Moderação realizada por Heloisa Dias, representante do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.
- 10h00 às 11h30** **Programa Mosaicos e Corredores Ecológicos na Mata Atlântica: Base Conceitual e Marco Regulatório para Mosaicos de Áreas Protegidas**
- Apresentação realizada por Heloisa Dias, representante do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.
- 11h30 às 12h00** **Corredor Ecológico Central da Mata Atlântica**
- Apresentação realizada por Gerusa Bueno Rocha, coordenadora do Projeto Corredores Ecológicos, vinculado ao Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA).
- 12h00 às 14h00** **Almoço**
- 14h00 às 18h00** **Grupos de Trabalho dos Mosaicos do Corredor Central da Mata Atlântica**
- Divisão de grupos para compartilhamento de informações e propostas para elaboração do Mosaico do Baixo Sul da Bahia; Mosaico da Planície Costeira do Rio Doce e Mosaico dos Manguezais da Grande Vitória;
 - Esclarecimentos de aspectos institucionais e conceituais do Mosaico;
 - Rápida caracterização dos aspectos ecossistêmicos, econômicos e sociais da área de abrangência de cada Mosaico;
 - Apresentação das áreas protegidas, com foco em características e aspectos bióticos, socioeconômicos, institucionais e ações em prol do desenvolvimento em cada área protegida e entorno.

SEGUNDO DIA (15 DE AGOSTO DE 2009)

- 8h00 às 12h00** **Continuidade das atividades dos Grupos de Trabalho**
- Elaboração do Plano para a criação de propostas de cada Mosaico.
- 12h00 às 13h30** **Almoço**
- 13h30 às 17h00** **Apresentação e Discussão dos Resultados dos Grupos de Trabalho**
- 17h00** **Encaminhamentos e Encerramentos**

3. RELATO

PRIMEIRO DIA (13 DE AGOSTO DE 2009)

9h00 às 9h30 - Abertura da Oficina



Figura 1: Abertura da Oficina por Heloisa Dias – RBMA

Foi realizada a abertura oficial do evento mediante a recepção anunciada pela representante do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Heloisa Dias, às 9 horas e 30 minutos.

9h30 às 10h00 - Apresentação dos participantes

Houve a apresentação dos participantes identificando-se com nome, instituição e mosaico a qual pertencia.

Durante este momento, houve também um pronunciamento do Secretário de Meio Ambiente do município de Linhares, Lucas Scaramussa, destacando a importância da iniciativa de realização do evento, uma vez que integra os vários segmentos do governo e sociedade civil organizada envolvidos com políticas públicas ambientais efetivas.

A moderadora Heloisa Dias informou o modo como ocorreria a dinâmica de trabalho ao longo do evento, havendo um momento específico destinado a retirada de dúvidas após cada apresentação e que poderiam ser levadas para as discussões entre os grupos de trabalho que seriam estruturados em um momento posterior.

10h00 às 11h30 Programa Mosaicos e Corredores Ecológicos na Mata Atlântica: Base Conceitual e Marco Regulatório para Mosaicos de Áreas Protegidas – Heloisa Dias – Coordenadora Técnica da RBMA



Figura 2: Apresentação do Programa de Mosaicos da RBMA

Helôisa Dias inicialmente apresentou informações sobre a política adotada pelo Programa Homem e Biosfera (MAB), um programa gerado na "Conferência sobre a Biosfera" realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em Paris, setembro de 1968. A apresentação também informou o momento de criação oficial das Reservas da Biosfera, oficializadas como áreas protegidas especiais na Lei n. 9985 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), aprovada em 18 de julho de 2000, havendo uma regulamentação adicional por meio do Decreto n. 4340 de 28 de agosto de 2002, havendo destaque para as Reservas da Biosfera no capítulo XI.

Segundo o Programa Homem e Biosfera, as Reservas da Biosfera são áreas de ecossistemas terrestres e/ou marinhos importantes em nível mundial para a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável, devendo servir como áreas fundamentais para experimentação e demonstração destas práticas.

Em seguida apresentou-se uma série de características de cada uma das Reservas da Biosfera presentes no Brasil compostas pela: (1) Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, com área de 44.330 km²; (2) Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo, com área de 15.400 km²; (3) Reserva da Biosfera do Cerrado, com área de 296500 km²; (4) Reserva da Biosfera do Pantanal, com área de 251.570 km²; (5) Reserva da Biosfera da Caatinga, com área de 198.990 km²; (6) Reserva da Biosfera da Amazônia Central, com área de 208600 km² e a mais recente (7) Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, com área de 30700 km²; totalizando cerca de 1.446.090 km², o correspondente a 17% do território brasileiro.

Foi exposto que o processo de dimensionamento e zoneamento do território delimitado pela Reserva da Biosfera da Mata Atlântica vem se aperfeiçoando cada vez mais e vêm integrando bacias hidrográficas, corredores ecológicos, cinturões verdes urbanos e Mosaicos compostos por Unidades de Conservação, uma integração que leva em consideração a compatibilidade de cada componente que atua em benefício da conservação da biodiversidade.



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

A estrutura da gestão da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica foi posteriormente apresentada por meio de esquemas, informando uma composição contendo 50% de integrantes dos governos federais, estaduais e municipais e 50% de integrantes provenientes da sociedade civil organizada, compostos por integrantes de Organizações Não-Governamentais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, comunidades locais, pesquisadores e empresários.

As linhas de ação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica também foram apresentadas, sendo divididas em: (1) Gestão e Fortalecimento Institucional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, abrangendo a consolidação do Sistema de Gestão da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, a Consolidação Territorial, o Planejamento Estratégico e os Gestores da Mata Atlântica; (2) Políticas Públicas e Relações Institucionais; (3) Intercâmbio e Cooperação Internacional; (4) Conservação e Desenvolvimento Sustentável, abrangendo Recursos Florestais, Mercado Mata Atlântica, Águas e Florestas, Turismo Sustentável, Florestas Urbanas, Conservação e Pesquisa, Cultura e Mata Atlântica, Economia de Qualidade e Ação Regional: Mosaicos e Corredores Ecológicos e (5) Informação, Comunicação e Educação Ambiental, abrangendo o Anuário Mata Atlântica e a Comunicação e Educação Ambiental.

Em seguida foi demonstrada a evolução das atividades realizadas pela Reserva da Biosfera da Mata Atlântica desde 1991 a 2002, subdividindo este período em cinco fases, que totalizaram o envolvimento de 3.408 municípios, uma zona núcleo de 700 áreas, envolvendo regiões legalmente protegidas, com perímetro definido e principal função de proteger a biodiversidade; e o envolvimento de 15 dos 17 Estados que abriga a Mata Atlântica, um conjunto que totaliza uma área de 444.332 km² ou 44.433.243 hectares.

Visando a implantação da sexta fase, foi destacada a necessidade de adaptação aos novos desafios internacionais, como as mudanças climáticas repentinas, a perda de biodiversidade, a perda de serviços ambientais e a urbanização não-planejada e acelerada. Houve destaque para necessidade de integração de novos programas internacionais com enfoque no desenvolvimento sustentável e em busca dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e da Avaliação Ecosistêmica do Milênio. Já em um cenário nacional, foi comentada a necessidade da criação de novas áreas protegidas, alterações dos limites ou categorias de Unidades de Conservação, a realização de um mapeamento mais detalhado de áreas prioritárias para a conservação, a adequação de limites e zoneamento com outros programas, o aumento na precisão da cartografia digital envolvendo áreas protegidas, a necessidade de atenção especial para ecossistemas marinhos e áreas urbanas, a priorização para a restauração da mata e conectividade de remanescentes e a padronização de critérios em âmbito nacional.

Heloisa Dias comunicou que os critérios mais detalhados da sexta fase das Reservas da Biosfera da Mata Atlântica incluem a redefinição de limites de áreas protegidas, revisão do zoneamento de áreas prioritárias para a conservação, inclusão de áreas eventuais dos Estados de Goiás e Piauí, inclusão de áreas costeiras e marinhas, revisão e inclusão de áreas em zonas urbanas e periurbanas, consideração de áreas com zonas de transição de ecossistemas e ecótonos e a superposição entre as diversas Reservas da Biosfera.

A partir da exibição do planejamento da próxima etapa, foram comparadas áreas de abrangência de atuação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, onde o Nordeste apresentou uma área de atuação de 11.531.847 hectares na quinta fase, com planejamento para alcançar 21.034.170 hectares na sexta fase, enquanto o Sudeste apresentou uma área de 13.573.278 hectares na quinta fase, pretendendo alcançar uma área de 27.456.248 hectares na sexta fase. As áreas adicionais de atuação incluem os territórios terrestres atuando em conjunto com os marinhos.



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

Neste cenário, o Estado do Espírito Santo apresentou uma área de atuação de 1.551.900 hectares na quinta fase e pretende alcançar a marca de 6.889.220 hectares na sexta fase, enquanto o Estado da Bahia apresentou uma área de 8.299.180 hectares na quinta fase e um planejamento para uma área de 14.921.089 hectares na sexta fase, contando com áreas terrestres e marinhas.

Em seguida, mapas foram apresentados exibindo áreas que foram definidas como prioritárias para conservação da biodiversidade no Brasil no ano de 2007, bem como a expansão das áreas que compõem a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Brasil, com um maior detalhamento apresentado para o Estado da Bahia, mais precisamente na área de Abrolhos; e para o litoral do Estado do Espírito Santo.

Após estas informações foi dado destaque para atividades que vem sendo desenvolvidas no âmbito do Programa Mosaicos e Corredores Ecológicos da Mata Atlântica nas linhas de ação de Criação de Novos Mosaicos e no Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos e Corredores Ecológicos, ambas sob a coordenação do Conselho da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Dentre as informações apresentadas estiveram à consolidação do Projeto Mosaicos de Unidades de Conservação no Corredor da Serra do Mar, envolvendo o Mosaico da Serra da Bocaina, o Mosaico da Serra da Mantiqueira e o Mosaico Central Fluminense, todos em instância federal, reconhecidos em suas respectivas Portarias pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA); contando com o apoio do Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (CEPF).

A linha de Criação de Novos Mosaicos apresentada incluiu as seguintes atividades: (1) consolidação do Projeto Mosaico Jacupiranga por Lei Estadual, contando com a parceria da Fundação Florestal e Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo; (2) a instituição do Mosaico Juréia-Itatins, a partir de Lei Estadual, sob coordenação da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo; (3) a consolidação do Mosaico de Áreas Marinhas Protegidas do Litoral de São Paulo, a partir de Lei Estadual, sob coordenação da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo; (4) elaboração da proposta de criação do Mosaico dos Manguezais da Grande Vitória, sob coordenação da Instituição Vitória do Futuro, no Estado do Espírito Santo; (5) organização do Mosaico de Murici, pelos Estados de Pernambuco e Alagoas, sob coordenação da Associação para Proteção da Mata Atlântica do Nordeste (AMANE) de Pernambuco; (6) organização do Mosaico Metropolitano do Rio de Janeiro, com coordenação da Secretaria do Meio Ambiente do Rio de Janeiro e (7) organização estadual do Mosaico Florestas Urbanas Florianópolis, sob coordenação da Fundação do Meio Ambiente do Governo do Estado de Santa Catarina.

Já a linha de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos e Corredores Ecológicos exibiu as seguintes atividades: (1) Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica, com apoio da The Conservation Foundation e Conservação Internacional do Brasil; (2) Projeto de Fortalecimento do Mosaico Bocaina, em parceria com o Consórcio Valor Natural e outros; (3) Projeto de Fortalecimento do Mosaico Jacupiranga, em parceria com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo; (3) Implementação de programas e projetos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica com destaque para as atividades dos Programas de Turismo Sustentável; Mercado Mata Atlântica; Gestão participativa de Unidades de Conservação na Mata Atlântica (PDA) Capacitação Sudeste.

Além destas linhas de ação, foram mencionadas as iniciativas: (1) Projeto Fortalecimento dos Mosaicos do Corredor da Serra do Mar, coordenada pela Associação Valor Natural e Associação Mico-Leão-Dourado, com apoio da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, do



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (CEPF) e The Nature Conservancy; (2) Projeto Mosaico Lagamar, sob coordenação da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) e apoio da Conservação Internacional do Brasil; (3) Projeto Empreendedores Ambientais; envolvendo o Mosaico Jacupiranga em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo e o (4) Projeto Corredor Sudeste desenvolvido a partir de um consórcio sob a coordenação da Associação Valor Natural.

Um projeto recebeu atenção especial ao longo da apresentação, denominado de Projeto de Fortalecimento e Intercambio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica, realizado pelo Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (IA-RBMA), com apoio da The Conservation Foundation e Conservação Internacional do Brasil. Este projeto, do qual a **Oficina Regional de Mosaicos do Corredor Central da Mata Atlântica** faz parte, apresenta como áreas focais: (1) Corredor da Serra do Mar e Mantiqueira, envolvendo os Mosaicos Central Fluminense, Mantiqueira, Bocaina, Jacupiranga, Lagamar, Juréia-Itatins, Ilhas e Áreas Marinhas Protegidas do Litoral Paulista, Paranapiacaba, Mico-leão-dourado e Sítio de Patrimônio Mundial Natural Mata Atlântica Reservas do Sudeste; (2) Corredor Central da Mata Atlântica, envolvendo as áreas propostas para a criação dos Mosaicos Manguezais da Grande Vitória e da Planície Costeira do Rio Doce, localizadas no Estado do Espírito Santo e as áreas propostas para criação dos Mosaicos do Baixo Sul e Extremo Sul da Bahia, localizadas no Estado da Bahia, além do Sítio de Patrimônio Mundial Natural Costa do Descobrimento e (3) Corredor Nordeste, que engloba os Mosaicos de Murici-Serra Grande, localizado na divisa dos Estados de Alagoas e Pernambuco.

Os principais objetivos mencionados deste Projeto foram: (1) a realização de um Seminário Nacional de Intercâmbio de Mosaicos e Corredores Ecológicos; (2) a realização da Oficina Técnica de Mosaicos de Áreas Protegidas da Mata Atlântica; (3) a realização da Oficina Regional de Intercâmbio e Planejamento de Mosaicos na região do Vale do Ribeira-Lagamar; **(4) a realização da presente Oficina Regional de Intercâmbio e Planejamento de Mosaicos na região do Rio Doce ou Corredor Central da Mata Atlântica;** (5) estímulo a Rede de Conhecimento e Fórum Permanente do Mosaico e Corredores Ecológicos e (5) difusão de conceitos e experiências exitosas em Mosaicos e Corredores Ecológicos a partir da exposição de painéis e distribuição de cadernos da série Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

A apresentação foi finalizada às 12 horas após a exibição do documento elaborado pela Reserva da Biosfera da Mata Atlântica denominado de *Contribuições ao Marco Regulatório de Mosaicos e Áreas Protegidas*.

11h30 às 12h00 - Corredor Ecológico Central da Mata Atlântica – Gerusa Bueno Rocha - coordenadora do Projeto Corredores Ecológicos, Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA)

Inicialmente foi exposto o objetivo geral do Projeto Corredores Ecológicos, consistindo em demonstrar a sua viabilidade para a conservação da biodiversidade na Mata Atlântica, havendo a exposição posterior dos objetivos específicos compostos pela complementação, fiscalização e monitoramento ambiental; diminuição da fragmentação e aumento da conectividade entre remanescentes florestais; fortalecimento e aumento do número de Unidades de Conservação; uso sustentável nas áreas intersticiais; estímulo a mudança de práticas e conservação da sociobiodiversidade; fomento da discussão e elaboração de políticas públicas e implantação de

19 minicorredores, com dez situados no Estado do Espírito Santo, oito no Estado da Bahia e um mini-corredor marinho subdividido entre os dois Estados.



Figura 3: Apresentação de Gerusa Rocha

Em seguida, foram demonstradas as delimitações de sete corredores ecológicos apoiados pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), com dois recebendo prioridade máxima, sendo o Corredor Central da Mata Atlântica um destes.

O Corredor Central da Mata Atlântica foi então descrito apresentando 12,5 milhões de hectares nove mil hectares na porção terrestre, abrangendo a porção sul do Estado da Bahia, envolvendo cerca de 85 municípios e a totalidade do estado do Espírito Santo, com o envolvimento de 78 municípios.

A iniciativa conta com minicorredores ou corredores prioritários para obter a conexão entre remanescentes florestais e como pontos iniciais para implantação dos corredores, uma medida tomada com intuito de proteger áreas de alta biodiversidade.

As áreas protegidas que integram a extensão prevista para o Corredor Central da Mata Atlântica correspondem a apenas 5% do total, com o restante da matriz sendo composta por propriedades privadas. A área também inclui 80% dos remanescentes florestais do nordeste; 15 terras indígenas, o equivalente a 1% da área total; 49 Unidades de Conservação e a primeira área destinada para um corredor marinho no Brasil.

A área destinada ao Corredor Central da Mata Atlântica apresenta grande parte da fauna e flora endêmica de Mata Atlântica, incluindo 50% das espécies de aves e 60% dos primatas, uma das maiores diversidades de plantas vasculares do mundo, com 458 espécies por hectare e 57% das espécies da fauna ameaçada da Mata Atlântica. A implantação do Corredor Central da Mata Atlântica visa à proteção de quatro milhões de hectares de áreas naturais.

Após a contextualização dos objetivos do Corredor Central da Mata Atlântica, foi apresentada a Estrutura Organizacional do Projeto Corredores Ecológicos no Espírito Santo, composto por: (1) Unidade de Gestão Central integrada pelo Ministério do Meio Ambiente, consistindo na Instância Estratégica Gerencial, assumindo a responsabilidade geral do projeto; (2) Comitês de



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

Gestão, compostos por Instâncias Deliberativas, incumbidas de realizarem o monitoramento e avaliação das ações empreendidas; (3) Unidades de Coordenação Estaduais (UCE's); consistindo na Instância Operacional, gerenciando e coordenando a implantação das ações no nível estadual; (4) Executores, compostos pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (IDAF), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Polícia Ambiental, além da Consultoria da Cooperação Alemã, fornecendo apoio técnico, organizacional, administrativo e financeiro a UCE e aos membros executores.

As principais ações executadas na primeira e segunda fase foram então apresentadas, havendo um detalhamento das ações de fiscalização, que conta com a realização de campanhas de sobrevôos e checagens de campo por terra, capacitação e apoio das Companhias de Polícia e estruturação e apoio ao banco de dados.

O Projeto Corredores Ecológicos gerou vários resultados em benefício da conservação da biodiversidade no Estado do Espírito Santo, fornecendo apoio à implantação dos Planos de Manejo do Parque Estadual de Itaúnas, do Parque Estadual de Pedra Azul, aquisição de equipamentos para as Reservas Biológicas de Augusto Ruschi, Córrego do Veado, Comboios e Sooretama e formação de uma rede de gestores de Unidades de Conservação do Corredor Central da Mata Atlântica, promovendo inclusive encontros entre os responsáveis pelas suas gerências. O Projeto também teve efeitos positivos no Estado da Bahia, possibilitando a elaboração dos Planos de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) Pratigi e Parque Estadual Serra do Conduru; implantação de um conselho gestor para as APA's Santo Antônio, Ponta da Baleia-Abrolhos e Estação Nova Esperança; aquisição e instalação de equipamentos nas APA's Pratigi, de Itacaré-Serra Grande e no Parque Estadual Serra do Conduru; realização de oficinas para fiscalização integrada; participação de Unidades de Conservação na Rede de Gestores do Corredor Central da Mata Atlântica; realização de trabalhos de agroecologia no entorno dos Parques Nacionais do Descobrimento e Pau-Brasil; realização de Oficinas de Estratégia de Gestão de Mosaico; criação da Reserva Extrativista de Cassurubá, além da atualização e mapeamento de cobertura florestal e levantamento socioambiental da APA de Itacaré-Serra Grande.

As áreas de interstício presentes entre propriedades particulares também foram trabalhadas, estimulando a criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), recomposição de áreas de Preservação Permanente, averbação de Reservas Legais, estímulo ao desenvolvimento de atividades sustentáveis, apoio e estímulo ao ecoturismo, implantação de sistemas agroflorestais e produção e divulgação de materiais vinculados ao Projeto.

12h00 às 14h00 - Almoço

14h00 às 18h00 - Grupos de Trabalho dos Mosaicos do Corredor Central da Mata Atlântica

Após o intervalo, às 14 horas, a coordenadora do evento, Deusdedete Alle Son, recomendou que cada um dos participantes comunicasse o nome, instituição do qual faz parte, profissão e em qual dos seguintes grupos de Mosaico faria parte: Mosaico do Baixo e Extremo Sul da Bahia; Mosaico da Planície Costeira do Rio Doce ou Mosaico dos Manguezais da Grande Vitória. Cada grupo permitiu o compartilhamento de informações, esclarecimentos dos aspectos

institucionais, aspectos conceituais do Mosaico e a elaboração de planos visando fornecer bases para elaboração de propostas para instituição dos Mosaicos.



Figura 4: Deusdedete orientando os trabalhos dos grupos

Uma vez que cada grupo esteve consolidado, houve uma série de apresentações, com cada grupo apresentando aspectos ecossistêmicos, econômicos e sociais da região de possível abrangência de cada Mosaico, bem como a apresentação de dados das áreas protegidas presentes em cada região relacionada aos possíveis Mosaicos.

A sequência de apresentações ocorreu da seguinte forma: primeiramente foi apresentado informações sobre a região da Planície Costeira do Rio Doce, por Joca Thomé; seguido pela apresentação de dados dos manguezais da Grande Vitória, por Elizete Sherring Siqueira e Ivani Soares Zecchinelli; Baixo Sul da Bahia, exibida por Dary Rigueira e finalmente e Extremo Sul da Bahia, por Camila da Cunha Michelin.

4. APRESENTAÇÕES

Resumo da apresentação sobre a Planície Costeira do Rio Doce - João Carlos Thomé – ICMBio – Fundação Pró-TAMAR

João Carlos Thomé (Joca), representante do Projeto TAMAR, iniciou sua apresentação exibindo um mapa sobre a região da Foz do Rio Doce, informando a situação local quanto à conservação dos recursos naturais, interesse e necessidade dos pescadores pelo processo de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Foz do Rio Doce e as pressões exercidas por empreendimentos ligados a atividades de exploração de petróleo e gás.

Um histórico da formação geológica da foz do Rio Doce foi então apresentado, bem como a utilização exclusiva de áreas litorâneas como locais de desova da tartaruga *Dermochelys coriacea* e como um dos locais de desova da espécie *Caretta caretta*. Após este momento, houve destaque para as paisagens presentes na área como: Degredo, Lagoa de Zacarias, Lagoa de Monsarás, região de Povoação, região de Regência, formação de bancos de areia presentes na foz do Rio Doce, Lagoa do Aerial, Lagoa Cacimbas, Reserva Biológica de Comboios, centro

urbano de Linhares, Lagoa do Meio, Lagoa do Aviso, localidade de Barra do Riacho, regiões de manguezais, dunas fixas, dunas móveis, cordões litorâneos de areia, veredas, regiões de Mata de Aluvião, regiões de Mata de Tabuleiro, regiões de restinga e planícies de inundação.



Figura 5: Apresentação Joca Thomé

Em seguida foi apresentado um mapa com áreas protegidas que podem vir a integrar o Mosaico da Planície Costeira do Rio Doce (Figura 6). As áreas de possível abrangência deste Mosaico incluem a extensão prevista para o Corredor Ecológico Sooretama-Goytacazes-Comboios, contando com ambientes de Floresta de Tabuleiros, Floresta Ombrófila Densa Aluvial, Restinga e Região Costeira. A área atua como refúgio para diversas espécies comprovadamente ameaçadas de extinção, além de sediar a base do Projeto TAMAR no Espírito Santo, um dos principais projetos de conservação marinha do Brasil. As áreas protegidas essenciais para a instituição do Mosaico da Foz do Rio Doce incluem: (1) Floresta Nacional de Goytacazes; (2) Reserva Biológica de Comboios; (3) Reserva Biológica de Sooretama; (4) Reserva Indígena de Comboios; (5) Reserva Particular do Patrimônio Natural Restinga de Aracruz; (6) Reserva Particular do Patrimônio Natural de Poço das Antas, ambas pertencentes a Aracruz Celulose; (7) além de áreas de cabruca localizadas entre a Reserva Biológica de Comboios e a Reserva Particular do Patrimônio Natural Restinga de Aracruz.

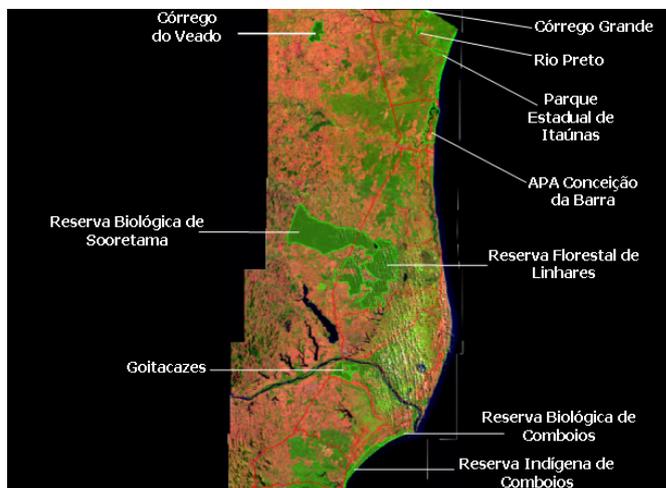


Figura 6: Possíveis áreas protegidas que podem vir a integrar o Mosaico da Planície Costeira do Rio Doce.

Segundo o representante do Projeto TAMAR, existem possíveis ameaças presentes na área proposta, havendo destaque para a proximidade de blocos petrolíferos explorados ou com vistas a serem explorados tanto em terra, quanto no mar, pela Petrobrás. Outra ameaça futura pode ser a instalação de geradores de energia eólica a serem instaladas pelo Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (EDP Escelsa).

Resumo da apresentação sobre dos manguezais da Baía de Vitória

Elizete Sherring Siqueira, presidente do Conselho Deliberativo do Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica (Ipema), iniciou a apresentação informando que a iniciativa do processo de instituição de um Mosaico integrando os manguezais da Grande Vitória foi gerada pela instituição Vitória do Futuro, uma entidade fundada para facilitar a implantação da Agenda 21 no município de Vitória.



Figura 7: Apresentação de Elizete Siqueira sobre manguezais da Baía de Vitória

Segundo Elizete, a elaboração de uma proposta para instituição de um Mosaico teve início no ano de 2006, abrangendo áreas de manguezal dos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica e Serra; e teve como motivação a necessidade de conservação dos manguezais, uma vez que sempre estiveram sob degradação acelerada, abrigam uma biodiversidade que se traduz em significativa fonte de alimentos para as populações humanas e representam uma identidade socioeconômica e cultural marcantes. Neste ecossistema se alimentam e reproduzem mamíferos, aves, peixes, moluscos e crustáceos, havendo recursos pesqueiros indispensáveis à subsistência tradicional das populações das zonas costeiras.

Elizete destacou que o estado de conservação crítico em que se encontram os manguezais da Grande Vitória se deve em parte aos grandes investimentos aplicados na estruturação do complexo portuário de Vitória, instalação de empresas do setor de siderurgia e aumento da concentração urbana.

Neste sentido, o Mosaico pode favorecer na consolidação de uma gestão integrada de Unidades de Conservação, incentivar a criação de novas Unidades de Conservação em Cariacica, promover a integração e articulação de projetos e propostas para a valorização da

sociobiodiversidade, incentivar a articulação socioambiental das áreas metropolitanas e promover o desenvolvimento sustentável de toda a região.

Em seguida, Ivani Soares Zecchinelli, representante da instituição Vitória do Futuro, continuou a apresentação informando a abrangência do possível Mosaico do manguezal da Baía de Vitória, que inclui os municípios de Cariacica, Serra, Vila Velha e Vitória. Em seguida o conceito de Mosaico foi compartilhado, consistindo em uma composição de várias Unidades de Conservação e outras áreas protegidas sob a forma de uma área total, levando em consideração todos os seus componentes, que atuam de modo complementar, essenciais para a preservação ambiental em termos biológicos, geográficos, sociais e administrativos.

Foi informado que é extremamente relevante a criação de um Mosaico para que seja mantido o fluxo gênico entre as espécies e a manutenção de outros recursos naturais, não podendo existir apenas zonas preservadas isoladas. Neste contexto, os corredores ecológicos são necessários para a manutenção das espécies e recursos naturais. Em termos geográficos, foi destacado que os diferentes ambientes estruturados pelos manguezais devem ser mantidos, pois sofrem influências diretas da região serrana, uma vez que vários sedimentos são provenientes desta região e depositados na área de baixada.

Em seguida foram esclarecidos conceitos presentes no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e Mosaico, mediante a exposição da Lei n. 9985 aprovada no ano 2000 e pelo Decreto no. 4.340 consolidado no ano de 2002.



Figura 8: Apresentação de Ivani Zecchinelli

Os objetivos gerais deste possível Mosaico foram apresentados, com os objetivos gerais consistindo em preservar e conservar os manguezais da Baía de Vitória, fortalecer o SNUC, criar o Conselho do Mosaico com reconhecimento do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA) e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos (SEAMA), gerenciar o manguezal de forma integrada por meio do Conselho Gestor do Mosaico e elaborar um Plano Diretor para a região, contendo diretrizes sobre o uso sustentável do manguezal e seu entorno. Os objetivos específicos, por sua vez, visam realizar uma gestão integrada e participativa das Unidades de Conservação existentes,



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

incentivar a criação de outras Unidades de Conservação, propor diretrizes e ações para compatibilizar as Unidades de Conservação e integrar e otimizar as atividades desenvolvidas pelas mesmas.

Segundo Ivani, os benefícios ambientais e ecológicos deste possível Mosaico incluem a proteção do ecossistema e suas funções ecológicas e biológicas; manutenção de um reserva de patrimônio genético; proteção de áreas altamente produtivas que contribuem para a fertilidade das águas costeiras e compõe a base alimentar de diversas espécies de organismos de valor comercial, tais como caranguejos, camarões e peixes; proteção das áreas de terra firme contra tempestades e ações erosivas das marés; retenção de poluentes, reduzindo a concentração dos mesmos nas águas adjacentes; retenção de sedimentos finos carregados pelas águas, favorecendo a manutenção dos canais de navegação e possibilidade de recreação e lazer, como a pesca esportiva e turismo ecológico.

Além dos benefícios ambientais e ecológicos, existem os benefícios socioeconômicos, como a sustentabilidade das atividades atuais e possibilidade de desenvolvimento de atividades que utilizem o manguezal de forma sustentável; e culturais, como a preservação da cultura ligada aos manguezais.

As justificativas para criação deste Mosaico consistem em: (1) aspectos socioeconômicos relacionados às atividades de pesca, catação, confecção de panelas de barro, turismo e gastronomia utilizando-se os produtos do manguezal; (2) aspectos urbanísticos, como a ocupação irregular e desordenada sem definição de normas de uso para o entorno; (3) aspectos ambientais, como a insuficiência do saneamento básico, a perda de grandes áreas por aterros ao longo da história e a redução da biodiversidade e de populações de espécies economicamente importantes; (4) aspectos legais, como a revisão e complementação da legislação federal, estadual e municipal de proteção ao manguezal, o licenciamento ambiental urbanístico e de empreendimentos presentes na região; (5) instrumentos de intervenção como a educação ambiental nas escolas e nas épocas de andata e de defeso e a (6) fiscalização com ações integradas para a proteção aos caranguejos nas épocas de andata e de defeso.

Em seguida foram apresentadas ações realizadas e previstas visando à instituição deste Mosaico. As ações realizadas foram: reuniões com grupos representativos das principais instituições governamentais e não-governamentais; realização de seminário com grupos de trabalho para consolidar a proposta e definir as ações necessárias para sua consecução; reunião realizada com o MMA e o Global Environment Facility (GEF) em Brasília, para apresentação da proposta para criação deste Mosaico, assinatura do Termo de Cooperação entre Municípios de Vitória e Cariacica, com análise para elaboração dos Termos de Cooperação com os municípios de Serra e Vila Velha, criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Manguezal de Cariacica e do Parque Natural Municipal do Itanguá, por meio de Decretos Municipais consolidados em 27 de maio de 2007 e contratação de estudos para mudança de categoria e plano de manejo da Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão.

As ações futuras consistem em institucionalizar o processo de criação de Mosaico de Unidades de Conservação do Manguezal da Baía de Vitória nos quatro municípios já mencionados; criar um Grupo de Trabalho para cada município; realizar cinco oficinas, uma para cada município e uma para a consolidação do processo; preparar um dossiê de informações de dados secundários ambientais, sociais e econômicas da região proposta para a instituição do Mosaico; redigir uma minuta de instrumento legal para Aprovação e Reconhecimento do Mosaico de Unidades de Conservação; formalizar uma proposta de composição do Conselho Gestor do Mosaico;

encaminhar os documentos para as providências legais; instituir o Conselho Gestor do Mosaico e elaborar o Plano Diretor do Manguezal da Baía de Vitória.

A apresentação foi finalizada informando quais os possíveis atores envolvidos como: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Capitania dos Portos; Ministério Público; Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Prefeituras Municipais; Câmaras Municipais; Organizações da Sociedade Civil como o Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica (Ipema), Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) e Instituto Goiamum; entidades de ensino e pesquisa, como a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Faculdades Integradas Espírito-Santenses (Faesa) e Faculdade Brasileira Univix; empresas que atuam na região; pesquisadores e voluntários interessados. Um mapa também foi exibido, apresentado uma delimitação preliminar para o Mosaico (Figura 9).

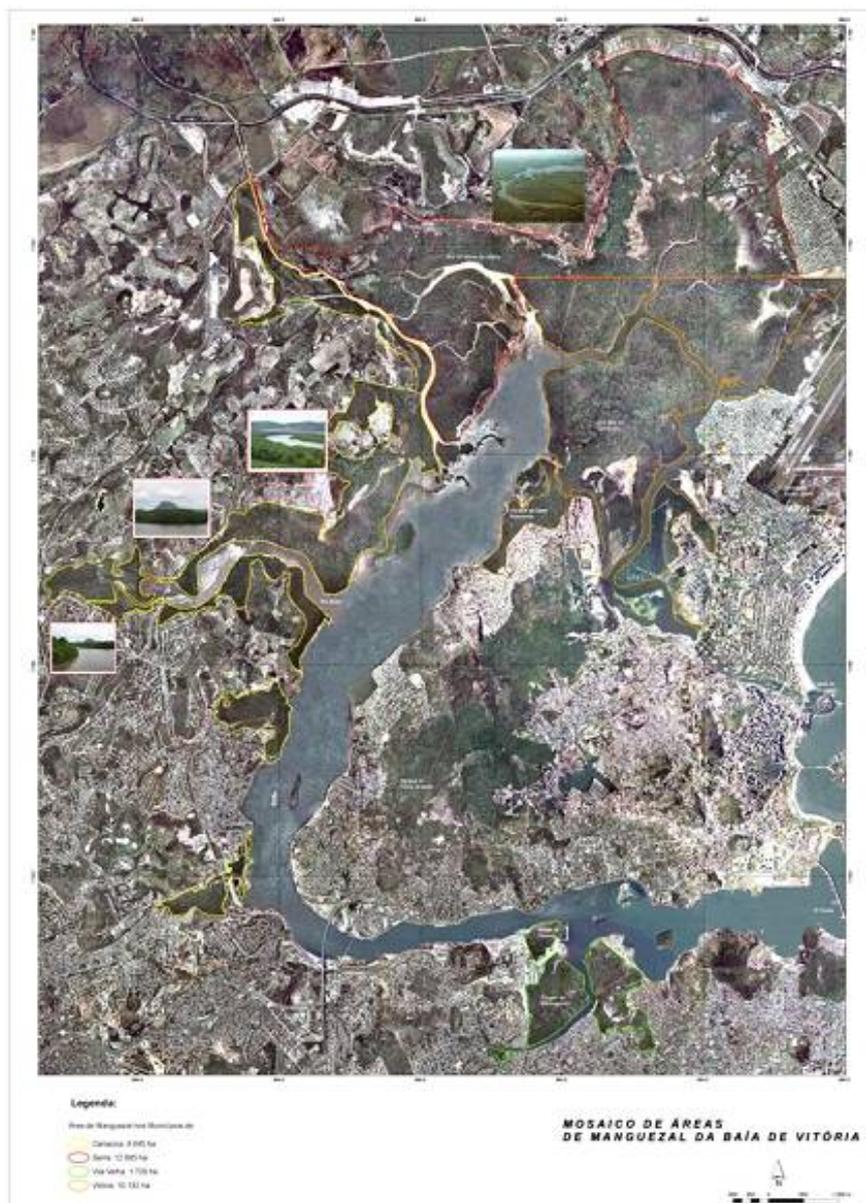


Figura 9: Delimitação territorial preliminar do Mosaico dos Manguezais da Baía de Vitória.

Uma vez que consolidado, o Conselho Gestor do Mosaico da Baía de Vitória cumprirá as competências socioambientais definidas em lei e contribuirá para o desenvolvimento sustentável da região, articulando parcerias e buscando apoio para a elaboração e implantação do Plano Diretor da Baía de Vitória, visando o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), a sustentabilidade ambiental do ecossistema e a sua manutenção mediante a gestão do uso socioeconômico dos usuários.

Resumo da apresentação sobre o Extremo Sul da Bahia



Figura 10: Apresentação de Camila Michelin do Mosaico do Extremo Sul da BA

Camila da Cunha Michelin, representante da Associação Flora Brasil, iniciou a apresentação exibindo os objetivos, linhas de ação e atividades previstas para a proposta de instituição do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia.

Os objetivos incluem a diminuição da fragmentação das áreas envolvidas com a conservação ambiental, fortalecimento e articulação das áreas protegidas e facilitação das ações conjuntas entre áreas protegidas.

As linhas de ação consistem na formulação e implantação de um grupo de gestão voltado para a comunicação, estruturação, proteção e controle, fiscalização, sistema de informação geográfico, controle de incêndios, elaboração de negócios sustentáveis como a pesca, o turismo, o artesanato, o reflorestamento e o extrativismo; formulação e implantação de um Grupo de Gestão de Unidades de Conservação, envolvido com a integração e manejo de entorno de Unidades de Conservação, integração de projetos relacionados à Reserva Legal, educação ambiental, Áreas de Proteção Permanente e corredores ecológicos.

As atividades envolvem a articulação para realização de uma Oficina de Integração, publicação de um jornal informativo, realização de reuniões, realização de sobrevôos para o reconhecimento do estado de conservação das áreas integradas ao futuro Mosaico e ações de planejamento.

Posteriormente, foi exibido um mapa com o Extremo Sul da Bahia, com destaque para as possíveis áreas protegidas que podem integrar a proposta da instituição do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia (Figura 11), compostas pela Estação Pau Brasil, Reserva

Particular do Patrimônio Natural Manona, Reserva Particular do Patrimônio Natural Estação Veracel, Parque Nacional do Pau-Brasil, Parque Nacional Monte Pascoal, Parque Nacional do Descobrimento, Refúgio de Vida Silvestre Rio dos Frades; Área Indígena de Imbiriba, Área Indígena de Corumbauzinho, Área Indígena de Águas Belas, Reserva Pataxó da Jaqueira, Área Indígena Velha, Área Indígena Barra Velha, Parque Municipal Recife de Fora, Área de Proteção Ambiental Caraíva-Trancoso, Reserva Extrativista Corumbau e Parque Natural Marinho dos Abrolhos.

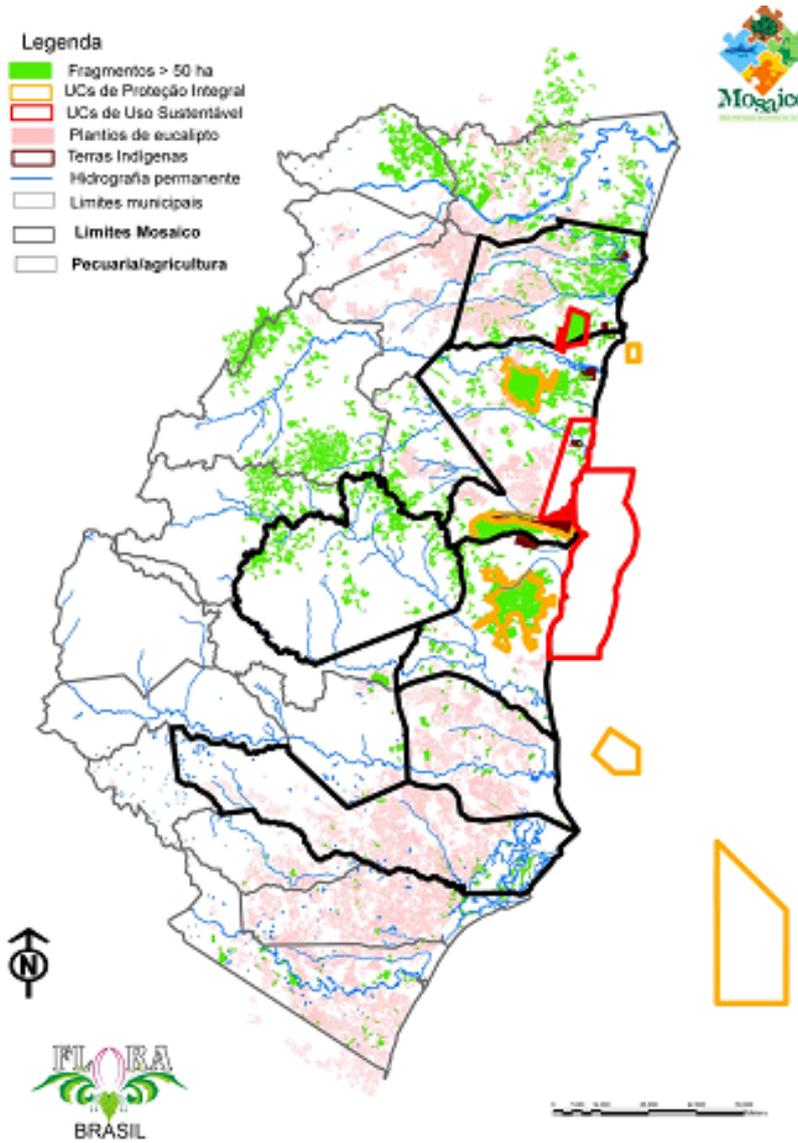


Figura 11: Delimitação territorial preliminar do Mosaico do Extremo Sul da Bahia.

A estruturação do Conselho Gestor do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia pretende incluir os responsáveis pela gestão dos Parques Nacionais Descobrimento, Pau Brasil, Monte Pascoal e Marinho dos Abrolhos; Reserva Extrativista Corumbau; Parque Municipal do Recife de Fora; Reserva Particular do Patrimônio Natural Estação Veracel e Manona; Área de Proteção Ambiental Caraíva-Trancoso; Estação Pau-Brasil; Aldeias Velha, Barra Velha, Corumbauzinho e Reserva Pataxó da Jaqueira; Organizações Não-Governamentais Verde Mar, Natureza Bela, Instituto Bioatlântica, Movimento em Defesa de Porto Seguro, Associação da

Cidadania e Transparência da Terra Mãe, Associação Pradense de Proteção Ambiental, Instituto Sociocultural Brasil Chama África, Conservação Internacional, Flora Brasil, os órgãos governamentais Ibama e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); setor empresarial da Associação Baiana de Produtores de Florestas Plantadas; Prefeitura de Cabrália e Porto Seguro, setor de agricultura Associação dos Produtores Rurais do Entorno do Parque Nacional Pau-Brasil e Sindicato Jucuruçu; Associação Artesão de Montinho; Colônia de pescadores de Cabrália e Prado, segmento turístico da Associação Pataxó de Ecoturismo e Associação de Ecoturismo Pataxó de Aldeia Velha.

Resumo da apresentação sobre o Baixo Sul da Bahia



Figura 12: Apresentação de Dary Rigueira do Mosaico Baixo Sul da BA

A apresentação foi realizada por Dary Rigueira, representante da Fundação OndaAzul, com denominação Projeto Mosaico: Paisagem Sustentável do Ambiente Costeiro-Marinho do Baixo Sul da Bahia, havendo destaque para os objetivos dos Mosaicos que incluem a estimulação da gestão integrada das Unidades de Conservação, através da cooperação administrativa entre os diferentes atores da região; fortalecimento das redes sociais e relações entre instituições gestoras e a sociedade; promoção do desenvolvimento sustentável, conciliando geração de renda com conservação e o fortalecimento da identidade territorial de cada Unidade de Conservação.

Os objetivos deste Mosaico também foram apresentados e consistem na estruturação e reconhecimento do Mosaico de Unidades de Conservação do Baixo Sul; o planejamento e legitimação do Mosaico de Unidades de Conservação; elaboração de propostas de criação de novas Unidades de Conservação; implantação de uma gestão integrada e participativa do território; elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial com bases conservacionistas; planejamento e desenho de paisagem sustentável do Baixo Sul e formulação e apoio a iniciativas de econegócios em Arranjos Produtivos Locais Conservacionistas (APLC's).

A iniciativa de estruturação da proposta do Mosaico do Baixo Sul da Bahia recebe apoio da Agência de Assessoria e Comercialização da Agricultura Familiar do Baixo Sul (AACAF); Associação Municípios da Micro Região Baixo Sul (AMUBS); Ibama; Agência de Apoio ao

Empreendedor e Pequeno Empresário (SEBRAE) e Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia.

Em seguida Dary apresentou a localização das áreas protegidas envolvidas com o desenvolvimento Unidades de Conservação do Mosaico Baixo Sul e uma delimitação territorial preliminar do Mosaico do Extremo Sul da Bahia (Figura 13): Áreas de Proteção de Ambiental dos Caminhos Ecológicos de Boa Esperança, do Pratigi, Guaibim, Ilhas de Tinharé e Boipeba, Baía de Camamu, de Maraú, Cachoeira de Pancada Grande, do Candengo e Estação Ecológica de Wenceslau Guimarães.

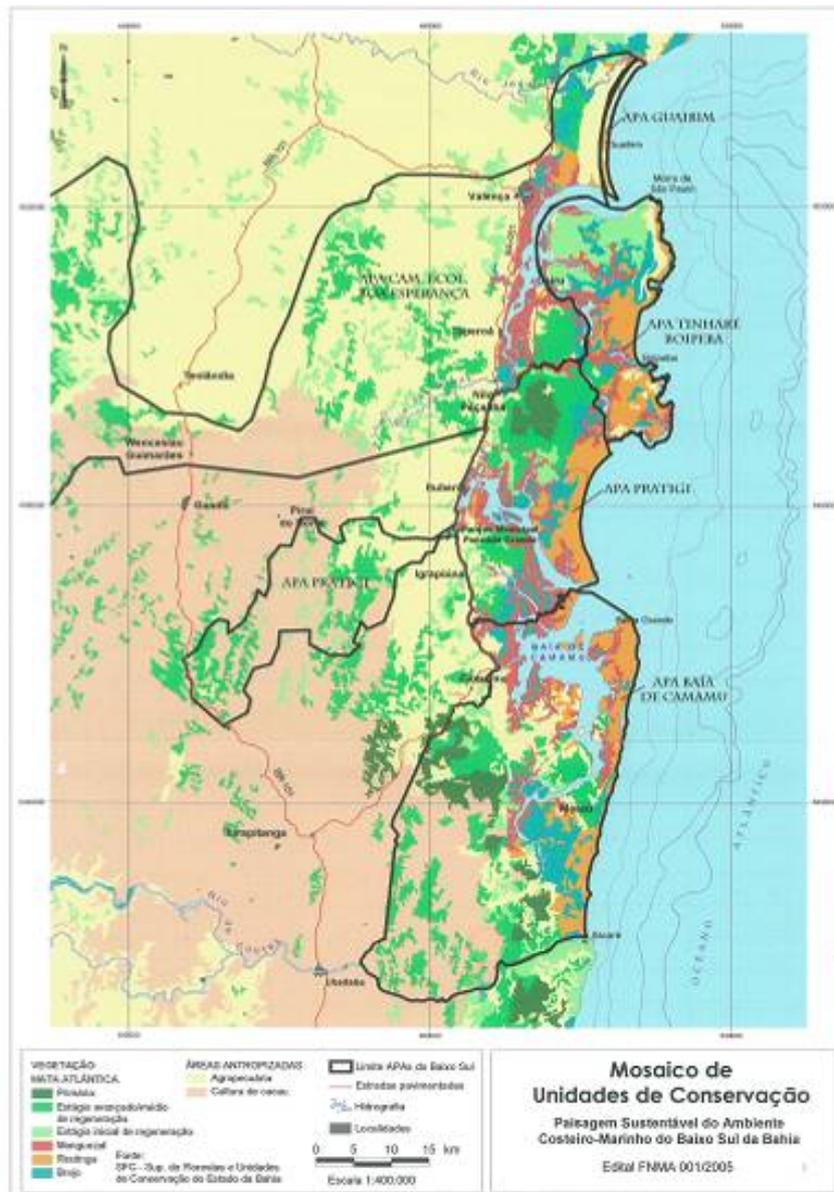


Figura 13: Delimitação territorial preliminar do Mosaico do Baixo Sul da Bahia.

As seguintes atividades realizadas pelo Projeto foram posteriormente mencionadas: (1) Organização da Equipe de Execução do Projeto, incluindo a formalização da equipe executiva, realização de reuniões internas de alinhamento conceitual, formalização das parcerias,



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

realização de reuniões internas de planejamento e plano executivas, aquisição de meios e condições de efetividade logística, física e operacional; (2) Criação de Sistema de Comunicação Institucional, incluindo a construção e impressão de material para divulgação, contratação de empresa habilitada para formulação do Plano de Comunicação Social e realização de oficina participativa para subsidiar este plano; (3) Institucionalização do Projeto, incluindo realização de reuniões de apresentação e discussão do Projeto em Ituberá, Camamu, Valença e Wenceslau Guimarães, formação do grupo gestor do Projeto na Oficina de Igrapiúna, visitas às comunidades locais com a apresentação do Projeto e reconhecimento das atividades produtivas; (4) Formulação do Programa de Eneqócios, incluindo reuniões em Cairu e Ibirapitanga, elaboração de propostas de iniciativas integradas de turismo socioativo com o setor produtivo agrícola, extrativista e pesqueiro; (5) Construção do Modelo de Gestão Integrada das Unidades de Conservação do Baixo Sul, incluindo reuniões com equipe da Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia, alinhamento de propostas entre OndAzul e Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia; elaboração da proposta desenvolvida e validada na Oficina de Wenceslau Guimarães e (6) Elaboração de Proposta Inicial para o Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista, incluindo reuniões no território, alinhamento inicial do Eixo de Meio Ambiente do Território do Baixo Sul com a AMUBS, realização do mapeamento de uso e ocupação do solo, elaboração da proposta do I Seminário de Integração e Planejamento Ambiental do Baixo Sul e realização do Diálogo entre o Plano e o Programa Territórios da Cidadania.

Ao final da apresentação, Dary comunicou quais os próximos desafios para a implantação do Projeto como a integração dos múltiplos espaços de gestão territorial, consolidação dos fundamentos para tornar o Mosaico do Baixo Sul um movimento e finalmente a elaboração de um planejamento, programação e estimativa orçamentária para gestão em Mosaico de todas as áreas protegidas envolvidas.

5. REUNIÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO

Estruturação dos Grupos de Trabalho por Mosaico

Após a exibição das quatro apresentações, Deusdedete Alle Son deu início às apresentações individuais com cada participante informando o nome, profissão e respectivo Mosaico do qual faria parte. Os participantes foram então divididos dentro de três grupos: Mosaico da Planície do Rio Doce, Mosaico dos Manguezais da Baía de Vitória e Mosaicos da Bahia. Cada grupo recebeu material de apoio distribuído em pastas individuais contendo os seguintes materiais: Caderno da RBMA nº 18 - SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Caderno da RBMA nº 32 - Mosaicos de Unidades de Conservação no Corredor da Serra do Mar, Caderno da RBMA nº 37 - Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga, folders: Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga, Documento de referência RBMA: Mosaicos de Áreas Protegidas – Marco Regulatório, Documento: IPEMA; Relatório BSB, informações sobre o SNUC e Mosaicos já instituídos, além de um computador para o registro de propostas, discussões, propostas e encaminhamentos.

Cada grupo foi reunido a fim de discutir questões relacionadas à territorialidade, criação e delimitação dos Mosaicos, esclarecimento de eventuais dúvidas, assuntos ligados à gestão integrada e sustentabilidade.



Figuras 14, 15 e 16: GTs Extremo Sul, Baía de Vitória e Planície do Rio Doce

Após a consolidação de cada grupo, Heloisa Dias informou que deveria ocorrer à nomeação de um coordenador e um relator a fim de registrar o desenvolvimento de idéias, propostas e conclusões para apresentação ao final do segundo dia do evento, com a posterior realização dos encaminhamentos e do encerramento da Oficina. As atividades dos Grupos de Trabalho no primeiro dia foram finalizadas às 18 horas.

Resumo da reunião do Grupo de Trabalho do Mosaico do Manguezal da Baía de Vitória

O Grupo de Trabalho Mosaico do Manguezal da Baía de Vitória teve como instituições participantes o Vitória do Futuro, representado por Ivani Zecchinelli; o Instituto Goiamum, representado por Iberê Sassi, Larissa Lages Botelho e Ângela; a Prefeitura de Cariacica, com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente representada por Renan Barcellos Calmon; a Prefeitura da Serra, com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente representada por Felipe Barros; a Prefeitura de Vitória, com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente representada por Geruza Maria Ferrari, Lilian Bastos Sarmiento, Juliana Conde, Lincoln Marcelo Piovesan, Jader Galba Busato e Danielle Peron D'Agostini; o IEMA, representado por Terence Jorge e o Conselho Estadual da RBMA, representado por Iara Gardenia Silva Moreira.

O Grupo de Trabalho teve como objetivo geral promover o intercâmbio das iniciativas de organização dos Mosaicos no Corredor Central da Mata Atlântica, abordando questões referentes ao Marco Regulatório para a discussão de assuntos que servirão de base para a elaboração da proposta de instituição do Mosaico dos Manguezais da Baía de Vitória.

O Grupo de Trabalho do Mosaico do manguezal da Baía de Vitória teve como coordenadora Ivani Zecchinelli, mediadora e relatora Juliana Conde e sistematização Iara Gardenia Silva Moreira.

A mediadora Juliana Conde determinou o tempo para cada um dos integrantes do grupo, enquanto Ivani iniciou os esclarecimentos gerais relacionado ao tema Mosaico. Em seguida apresentou uma caracterização geral das áreas protegidas integrantes do Mosaico dos Manguezais da Baía de Vitória. Após este momento, a mediadora passou a direcionar a reunião para esclarecimentos e discussão entre os integrantes do Grupo.

Iberê destacou a importância sobre a valoração do mangue nos processos de licenciamento ambiental e que existe um trabalho da Universidade da Califórnia, que estimou o valor do manguezal em cerca de R\$ 105.000,00 por hectare por ano, em função da quantidade de biomassa e proteína fornecida à população. Este trabalho pode ser um dos embasamentos para a defesa e preservação do manguezal. Além disto, informou sobre uma Portaria a ser



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

aprovada pelo MMA visando à criação de um grupo de gestão de manguezal, com o objetivo de gerir os manguezais do Estado do Espírito Santo.

Este grupo de gestão pode contribuir para a criação e desenvolvimento das atividades do Mosaico. Outra sugestão de Iberê foi à necessidade de realização da demarcação e delimitação do manguezal com registro em cartório, lembrando que o aquecimento global irá causar a elevação do nível dos mares, não havendo nenhuma previsão para resguardar áreas para o recuo dos manguezais.

Ivani, por sua vez, destacou que a constituição do Mosaico deve estar delimitada e que o manguezal não terá áreas para expansão, ficando destinado a faixas de terras já ocupadas, havendo uma maior salinização das águas, o que prejudicaria a manutenção dos recursos naturais fornecidos.

Outro ponto exposto consistiu na existência de um estudo sobre a vazão ecológica do Rio Santa Maria da Vitória desenvolvido por um professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Além destes estudos, será necessário determinar o nível de salinidade para qualquer intervenção ou demarcação das áreas de abrangência do estuário.

O integrante Lincoln destacou que as áreas de manguezal de Vitória estão delimitadas no Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU) através do zoneamento ambiental e destacou ainda uma necessidade de área de recuo para viabilização de proteção do manguezal.

Após a finalização destes assuntos, a mediadora Juliana deu início à próxima etapa dos trabalhos mediante a apresentação de cada município integrante. A apresentação do município de Vitória expôs dados sobre a Estação Ecológica Ilha do Lameirão e do Parque Dom Luiz Gonzaga Fernandes, destacando o histórico de criação, programas desenvolvidos pelo município e seus respectivos problemas ambientais.

O Parque Dom Luiz Gonzaga desenvolve atividades que não se enquadram na categoria do SNUC e sua categorização precisa passar por uma análise quanto a uma possível mudança de categoria ou uma distinção entre a área de gestão do Parque e do manguezal.

O Parque também não desenvolve mais atividades de educação ambiental, pois não existe um Centro de Educação Ambiental capaz de anular atividades impactantes ali desenvolvidas, como o corte de árvores de mangue pela própria administração. Além disto, o Parque conta com um canal artificial, no qual são lançados os resíduos da região. Apesar destas dificuldades, o Parque encontra-se delimitado, possui vigilância patrimonial e um administrador.

A Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão, pro sua vez, foi criada por Lei no ano de 1986, mas até este momento não foi implantada. São realizadas ações de fiscalização e educação ambiental em épocas de defeso e da andada do caranguejo. A Estação não possui nenhuma infra-estrutura administrativa e sua categoria ainda permanece sob discussão, uma vez que a categoria de Estação Ecológica não faz mais sentido devido aos usos existentes em toda a sua área que está sobre forte pressão ambiental. Estudos ambientais forma realizados para a Estação, mas não apontaram uma nova categoria, havendo a necessidade da realização de análises de estoque pesqueiro e de exploração por pescadores, catadores de mariscos e paneleiras.

Um Termo de Referência foi realizado para elaboração do Plano de Manejo por meio de um processo participativo com as comunidades, para que definam a categoria mais adequada. O



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

plano e a implantação da Unidade serão custeados com recursos de compensação ambiental fornecidos pela ArcelorMittal, empresa produtora de aço.

A área de apicum, interna à Ilha do Lameirão, contou por sua vez com a realização de uma pesquisa viabilizada pela Gerencia Regional do Patrimônio da União (GRPU), informando que a área foi registrada provisoriamente em nome de particulares. Entretanto, o registro foi cancelado pelo próprio órgão com a sua criação em 1986. Desta forma, os herdeiros reivindicam a posse e o valor da terra por meio de um processo que segue na Procuradoria do Município de Vitória.

O manguezal da UFES, segundo Juliana, vem sendo utilizado para atividades de educação ambiental, contando com o uso de uma trilha presente ao lado do Planetário de Vitória, também integrante do Campus Universitário. Lincoln destacou que este manguezal apresenta como problemas a emissão de resíduos tóxicos ou não e realização de aterros pela empresa Escelsa, o que afeta o fluxo de drenagem do manguezal e a degradação acelerada da área de manguezal próxima ao prédio da Fundação Ceciliano Abel de Almeida. Iberê, então, ressaltou que existem estudos sobre a eliminação do manguezal próximo a Fundação Ceciliano Abel de Almeida, com o aterro impedindo o fluxo de água e o acúmulo de materiais tóxicos.

A área de mangue em frente à Avenida Fernando Ferrari também não permite a recuperação do manguezal, havendo uma parte que foi perdida. Iberê indicou uma proposição de pesquisas nesta área, informando também que o território é administrado pela própria UFES e não pelo município.

Iara sugeriu a indicação de pesquisas para o edital do Fundo de Apoio de Pesquisa do Município de Vitória (FACITEC) como meio de garantir a proteção de áreas de manguezal remanescentes e a restauração de extensões de manguezal onde for viável.

O grupo apresentou a proposta de inclusão da área do manguezal da UFES na Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão, pois não entrou em consenso quanto à necessidade da criação de uma nova área protegida de manguezal. Iberê informou que a UFES não poderia ser a administradora da área protegida, pois foi acionada pelo Ministério Público para assinar um Termo de Ajuste de Conduta por cometer agressões ao manguezal presente em sua abrangência.

O município de Cariacica informou que foram criadas duas Unidades de Conservação a partir do processo do Mosaico denominadas de Parque Natural Municipal do Itanguá e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Manguezal de Cariacica. Renan fez uma exposição sobre esta Unidade de Conservação informando sobre o processo de criação e o projeto de delimitação incluído no Plano Plurianual (PPA). Infelizmente, esta área protegida não possui sede e plano de manejo. Houve destaque também para os principais problemas ambientais que ocorrem na área, como o esgoto proveniente dos bairros do entorno e o despejo de lixo. Todo o remanescente de manguezal foi incluído no parque, dividido em três partes.

Sobre a RDS do Manguezal de Cariacica, foi informado que existe um Conselho Deliberativo para a área protegida. Um projeto de educação ambiental também ocorre e é denominado de “Povos e Mangue”. Uma área contígua da localidade “Porto das Pedras”, com aproximadamente oito hectares foi vendida para a construção do empreendimento Alphaville, o segundo da empresa na região. Este projeto prevê a dragagem de um canal que apresenta cerca de 20 metros de profundidade. Há ainda a realização de um projeto de colônia de pesca no interior desta área protegida, criando alternativas de renda, como artesanato estimulado a partir de uma parceria com o Banco do Brasil e o SEBRAE. Também houve destaque para os aterros realizados no



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

mangue devido à realização de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Nova Canaã e duplicação da BR-101, com o diferencial de não suprimir áreas do manguezal local.

A apresentação do município de Vila Velha contou com a exibição de uma planilha com informações sobre o Parque Natural Municipal da Manteigueira, enquanto Iberê informou que o Rio Aribiri encontra-se em processo de degradação irreversível, pois a área de aporte hídrico está sendo aterrada; um processo que está levando a extinção do manguezal da região.

O município da Serra informou que existe um programa de conservação da Área de Proteção Ambiental Mestre Álvaro vem sendo desenvolvido e realizado e que não conhece bem os projetos para a área por trabalhar com outra região. Entretanto, o município recebeu recursos da compensação ambiental do condomínio residencial Alphaville, sendo utilizados na aquisição de um veículo utilitário para a Unidade de Conservação a ser criada na área de manguezal, abrangendo inclusive áreas de apicum e restinga. Os estudos foram feitos pela empresa Cepemar.

Iberê informou que o empreendimento residencial Alphaville doou uma área de apicum ao município da Serra, além de providenciar a instalação de um centro de educação ambiental gerido pelo mesmo e instalado na área prevista para o empreendimento.

Foi proposta ao Alphaville, através do Instituto Goiamum, a criação de uma Unidade de Conservação, mediante estudos bióticos a serem feitos pelo Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica (PEMA), com apoio do Instituto Goiamum. A área é propícia para se tornar uma Unidade de Conservação com cerca de 1400 hectares, podendo assumir a categoria de Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

Foi destacado que a área de apicum é extremamente valiosa para o manguezal, pois é local de surgimento do Aquífero Santa Teresa, que fornece água doce para os ecossistemas associados. Informou também que existe um parecer do MMA sobre o canal dos escravos e a possibilidade de intervenções no mesmo, considerado fundamental para a manutenção dos elementos do ecossistema. Tal consulta foi realizada pelo empreendimento do empreendimento residencial Alphaville.

Resumo da reunião do Grupo de Trabalho do Mosaico da Planície Costeira do Rio Doce

O grupo foi composto por Ana Paula Corrêa do Carmo, representante da Aracruz Celulose; Elizete Sherring Siqueira e Geovanni Ribeiro Loiola, representantes do Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica (Ipema); Roberto Sforza, representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Projeto TAMAR; Lucas Scaramussa, Secretário de Meio Ambiente do município de Linhares; Fabricio Borghi Folli, integrante da Secretaria de Meio Ambiente do município de Linhares; Joca Thomé, coordenador do Projeto TAMAR de Comboios; Juarez Tarcízio Scalfoni, gerente da Reserva Biológica de Comboios; Eliton Lima, gerente da Reserva Biológica de Sooretama; Leony Wand Del Rey Oliveira, gerente da Floresta Nacional de Goytacazes; Carlos Sangalia, coordenador do Projeto EcoCidadania; Gersa Bueno Rocha, coordenadora do Projeto Corredores Ecológicos, Hans Christian Schimdt, representante do Projeto Corredores Ecológicos e Mestre Militão Reza Forte, representante da Associação de Capoeira Descendente de Pantera. O grupo teve como mediador e moderador, Joca Thomé, representante do Pró-TAMAR e como relatora, Ana Paula Corrêa do Carmo, representante a Aracruz Celulose.



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

Os participantes iniciaram a reunião buscando informações para responder as seguintes questões: Quais são as particularidades socioeconômicas, dos fatores bióticos e abióticos da região? Quais os programas ligados à conservação que tem na região? O que de fato constitui um Mosaico? Quais são os pontos positivos da instituição de um Mosaico? Quais representantes de áreas protegidas estavam interessados na instituição de um Mosaico? Qual a função de cada possível integrante do Mosaico?

Elizete destacou que um processo participativo é fundamental para a elaboração de uma proposta e possível instituição do Mosaico, pois é um momento ideal para ajustar as idéias e esclarecer questões e objetivos auxiliados pelo Mosaico.

Roberto Sforza comentou que uma das possíveis funções de um Mosaico é a possibilidade de fortalecer as instituições ligadas à conservação cultural, da biodiversidade e Unidades de Conservação contra alguma dificuldade em comum e citou como exemplo a contenção de frentes de desmatamento existentes ou futuras sobre o território delimitado ou a extinção de ambientes únicos por obras que envolvam a drenagem de áreas.

Joca destacou a importância da função desempenhada por cada integrante e o papel que cada um poderá ocupar no Mosaico, além de permitir a troca de informações e solução de questões comuns aos participantes do possível Mosaico.

Enoque que o conceito de Mosaico é abrangente e elimina os possíveis enganos quando se trata de quais entidades, além das Unidades de Conservação, podem integrar o Mosaico.

Vários integrantes afirmaram que um dos resultados benéficos da instituição do Mosaico seria a possibilidade de realizar uma fiscalização mais eficiente, uma vez que ele poderia integrar recursos humanos e tecnológicos devido ao estabelecimento de uma área com delimitação territorial bem definida.

Leony apresentou a dúvida se a instituição de um Mosaico não iria anular ou prejudicar medidas de reflorestamento que já vem sendo implantado localmente, como o Corredor Ecológico Sooretama-Comboios-Goytacazes, uma vez que os recursos financeiros e humanos são muito limitados. A questão sobre a possibilidade de um Mosaico anular ou fortalecer outros instrumentos de conservação da biodiversidade passou então a ser discutida pelo grupo.

Segundo Gerusa, os diferentes instrumentos de proteção da biodiversidade podem ser complementares desde que funcionem de forma integrada. Se a realidade local é integrada, existirá um ganho ao se estabelecer uma associação e lembrou que uma boa estratégia de proteção sempre adota um território sob análise, contando com um plano de ação e um de gestão, pois ambos são fundamentais para não haver sobreposição de funções, utilização de recursos ou anulação de resultados conseguidos com medidas adotadas antes da instituição do Mosaico. Esta realidade foi fortalecida por Heloisa Dias, ao afirmar que não há efeito colateral ao se integrar mecanismos de conservação aplicados em escalas diferentes.

Roberto Sforza afirmou que no momento em que se traçar um plano estratégico e um plano de ação o conceito de Mosaico passa a se tornar mais claro. Deste modo, o Mosaico pode delimitar ações direcionadas, o que se pode obter no campo a partir da busca de reforços, recursos e ações, principalmente em situações que exijam um maior número de pessoas unidas em prol da conservação da biodiversidade.



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

Joca afirmou que a reunião realizada é essencial para a discussão de particularidades ligadas a Foz do Rio Doce, pois é uma região que apresenta uma riqueza cultural e ecossistêmica muito diversificada. Segundo Joca, discussões como as proporcionadas pela Oficina se tornam urgentes, uma vez que vários empreendimentos serão implantados em breve, como os geradores de energia eólica que serão implantados na região próxima ao Degredo. Outras ameaças ambientais exercendo impacto na localidade, também estão presentes, pois várias áreas estão sendo demarcadas e visadas para exploração de gás e petróleo.

Gerusa afirmou que existem diferenças de conceito e planejamento de um corredor ecológico na prática e na teoria informada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e que a elaboração de uma minuta de Decreto é exigida para a consolidação de um macrocorredor. A instituição de um Mosaico é essencial para a consolidação desta minuta de Decreto e fortalece o reconhecimento da criação de um macrocorredor ecológico.

Elizete informou que cada vez mais existe a necessidade de criação de Unidades de Conservação, pois as áreas protegidas já instituídas não dão conta de proteger adequadamente a biodiversidade. Este contexto abre oportunidades para o fortalecimento de entidades ou mesmo pessoas que se opõem à conservação. Desta forma a instituição de um Mosaico se torna é importante pelas seguintes razões: (1) permite proteger várias formações naturais e ecossistemas que não estão incluídos em nenhum outro local, sendo as Veredas um dos diversos exemplos presentes na região da Foz do Rio Doce, pois não estão incluídas no território delimitado pela proposta de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Foz do Rio Doce; (2) pode ser vantajoso levando-se em consideração o apoio potencial que pode receber de projetos bem consolidados como o Projeto TAMAR e o Ecocidadania; (3) conta com o suporte da Lei, o que é raro e essencial na realização de políticas públicas e proteção por meio de um instrumento de conservação da biodiversidade; (4) cada Unidade de Conservação já apresenta situação regularizada e em funcionamento, não anulando a existência de um outro instrumento legal conservacionista; (5) permite a inclusão única de matas de cabruca; (6) consiste no único instrumento institucional com embasamento legislativo capaz de conseguir representatividade efetiva, pois agrega muitos atores com potencial para proposição de ações a favor da conservação; (7) estimula a criação de fóruns com uma frequência maior de encontros para expor as necessidades e ganhos que irão cobrir lacunas não preenchidas por outras ferramentas de conservação; (8) permite proteger a riqueza cultural pouco protegida e (9) possibilita a inclusão de uma análise ecossistêmica para a região.

Enoque lembrou que o Mosaico abre uma possibilidade mais eficiente de captação e destinação de recursos financeiros pelo fornecimento de serviços ambientais a região e pela compensação ambiental de eventuais danos na área delimitada pelo Mosaico. O Mosaico de Jacupiranga foi citado como um exemplo de sucesso ao integrar áreas quilombolas e indígenas articuladas de modo a utilizar os benéficos tragos pela sua instituição.

Gerusa informou que consta no planejamento do Projeto Corredores Ecológicos a previsão da instituição de Mosaicos no sul e norte do Estado de Espírito Santo, principalmente envolvendo localidades como Pedra Azul e entorno e Itaúnas e entorno. O Projeto Corredores Ecológicos tem como um dos fundamentos a valorização da instituição de Mosaicos e o aproveitamento de seus benefícios.

Hans Christian informou que o processo de construção e implantação de corredores ecológicos no Estado de Espírito Santo está levando vários anos e envolveu várias áreas. Entretanto, apesar dos resultados benéficos do Projeto surgirem em longo prazo, em curto prazo já se pode notar um maior contato entre as instituições envolvidas, um cenário que pode se repetir com a



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

instituição de um Mosaico. Foi ressaltado também que o Mosaico deve ser um instrumento que viabiliza ganhos financeiros de forma sustentável, pois as pressões provenientes de empreendimentos e agronegócios na planície do Rio Doce são muito maiores que nas regiões de Jacupiranga e de Juréia.

Uma base territorial é fundamental e pode ser garantida de forma integrada na região por meio do Mosaico, uma vez que na prática realmente traz benefícios e pode apontar falhas em leis ambientais, além de promover uma melhoria nos possíveis planos de desenvolvimentos traçados em nível nacional. Neste contexto, a inclusão de áreas da planície do Rio Doce devido as suas características bióticas, físicas e sociais, facilitará a sua inclusão nos planos de desenvolvimento nacionais.

Em seguida os integrantes do grupo tomaram como base para definição de uma possível delimitação territorial a região destinada para o Corredor Ecológico Sooretama-Comboios-Goytacazes, incluindo a extensão de lagoas mais ao sul, apresentando como limites marinhos ao norte e sul respectivamente a região de Barra Seca, com inclusão do Vale do Suruaca; e os limites de Barra do Riacho ao Sul.

As possíveis áreas protegidas que podem fazer parte do Mosaico da Planície do Rio Doce incluem: (1) Área de Proteção Paisagística de Barra Seca; (2) Reserva Biológica de Sooretama; (3) Reserva Biológica de Comboios; (4) Floresta Nacional de Goytacazes; (5) Reserva Indígena de Comboios; (6) localidade de Cacimbas; (7) localidade da Usina Termelétrica (UTE); (8) localidade de instalação dos geradores de energia eólica; (9) Lagoa do Aguiar; (10) Lagoa Martins; (11) Lagoa Bonita; (12) Lagoa Zacarias; (13) Reserva Particular do Patrimônio Natural de Mutum Preto; (14) Reserva Particular do Patrimônio Natural de Mutum Preto; (15) Reserva Particular do Patrimônio Natural Restinga de Aracruz; (16) Reserva Florestal de Linhares; (17) áreas de brejos utilizadas anteriormente para o plantio de arroz e agora pertencentes a Aracruz Celulose; (18) matas de cabruca; (19) Vale do Suruaca; (20) áreas de restinga; (21) Degredo e (22) extensão marinha delimitada pela área proposta para a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Foz do Rio Doce.

O Grupo de Trabalho também destacou os possíveis atores que pode estar envolvidos com a instituição e gestão de em possível Mosaico instituído para a região: (1) produtores rurais de cacau; (2) Associação de Pescadores de Regência; (3) Associação dos Pescadores de Povoação; (4) Petrobras; (5) Aracruz Celulose; (6) Vale; (7) Comitê de Bacia do Rio Doce; (8) Espírito Santo Centrais Elétricas S. A. (EDP Escelsa); (9) Prefeituras dos municípios de Aracruz, Linhares, Sooretama, Jaguaré e São Mateus; (10) Secretaria Municipal de Turismo de Linhares; (11) Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Linhares; (12) Secretaria Municipal de Agricultura, Aquicultura e Abastecimento de Linhares; (13) Secretaria Municipal de Indústria e Comércio; (14) Agência de Desenvolvimento da Planície do Rio Doce; (15) Projeto Corredor Central da Mata Atlântica; (16) Comunidades Quilombolas; (17) Instituto Capixaba Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER); (18) Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC); (19) Fundação Nacional do Índio (FUNAI); (20) Organizações Não-Governamentais; (21) Sindicato Rural Patronal de Linhares; (22) Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); (23) Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); (24) Polícia Ambiental; (25) Colônia de Pesca de Linhares; (26) Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS CERÉIAS); (27) Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF); (28) Fundação Cultural Palmares; (29) Ministério da Pesca e Aquicultura; (30) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); (31) Grupo Ambientalista Natureza e Cia (GANC); (32) Fundação Bionativa; (33) Associação de Pescadores do Degredo; (34) Banco do Nordeste; (35) Associação Comunitária de Regência (ASCORDE) e (36) Instituto Sooretama.



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

Após este momento, os responsáveis pela gestão de cada Unidade de Conservação comunicaram que existe uma interação e colaboração informal entre os mesmos e que essa colaboração poderia ganhar uma organização maior mediante a instituição do Mosaico.

Também foi comunicado que existe um Fórum Permanente para a troca de experiências entre as Unidades de Conservação federais realizado a cada 60 dias. Entretanto, os contatos andam desarticulados, havendo uma necessidade maior de interação com os indivíduos próximos aos interstícios presentes entre as Unidades de Conservação.

Joca informou que só as Unidades de Conservação não garantem a proteção da biodiversidade e por mais que o núcleo de preservação seja composto pelas Unidades de Conservação; diversas questões mais urgentes devem ser respondidas envolvendo as áreas de entorno, que representam a maior fonte de impacto ao ambiente preservado pelas reservas e o ambiente externo as mesmas.

Joca também propôs a reestruturação do Conselho Municipal de Linhares, pois é essencial para a resolução de questões associadas à implantação da estrutura de geração de energia eólica que será instalada na região.

Juarez comunicou a existência de preocupação quanto o acúmulo de responsabilidades que recaem sobre as Unidades de Conservação, afirmando que a instituição do Mosaico poderia contribuir para um melhoramento na gestão da região e que as responsabilidades adicionais que não podem ser assumidas pelas Unidades de Conservação poderiam ser compartilhadas em uma gestão integrada com demais áreas prioritárias.

Mestre Militão Reza Forte informou que o município de Linhares não enxerga o Degredo com a devida importância, uma vez que ele abrange áreas quilombola em reconhecimento, podendo ser um futuro complicador caso não sejam reconhecidas como tal.

Após esta declaração os responsáveis pela gestão ou representantes das Unidades de Conservação relataram características gerais de cada área protegida, bem como as dificuldades enfrentadas por cada uma quanto a conservação dos recursos naturais.

Unidade de Conservação	Principais aspectos descritivos	Principais problemas
Reserva Biológica de Sooretama	Fragmento de 24000 hectares	Atropelamento de animais na BR-101 e caça
Reserva Biológica de Comboios	Apresenta 15 km de praias e concentra cerca de 70% a 80% das desovas de tartarugas marinhas do Estado do Espírito Santo	Conflito com índios, envolvendo caça e pesca em seus limites, realização de Surf e pesca na praia, havendo necessidade de revisão da categoria para a presença de um terminal petrolífero e gasoduto no interior em sua abrangência

Floresta Nacional de Goytacazes	Apresenta cerca de 1330 hectares, com 200 hectares antropizados, havendo uma proposta para ampliação de mais 74 hectares	Entorno - Proximidade com centro urbano, atividade industrial Extração de palmito, seiva de jatobá, papagaios, etc - problemas já em fase de resolução Falta plano de manejo (já contratado pela Petrobrás)
Reserva Particular do Patrimônio Natural Mutum Preto	Apresenta cerca de 1500 hectares situados entre a Reserva Biológica de Sooretama e a Reserva da Vale	Caça
Reserva Particular do Patrimônio Natural Recanto das Antas	Apresenta cerca de 1500 hectares situados entre a Reserva Biológica de Sooretama e a Reserva da Vale	Caça
Reserva Particular do Patrimônio Natural Restinga de Aracruz	Apresenta cerca de 300 hectares	Uso da estrada pela comunidade indígena

Resumo da reunião do Grupo de Trabalho dos Mosaicos do Sul da Bahia

A discussão foi importante para a definição da área de gestão territorial do possível Mosaico, havendo um momento em que o integrante Dary enfatizou a importância da identidade territorial no processo para o fortalecimento do mosaico e do grupo.

Os objetivos dos Mosaicos do sul da Bahia mencionados pelo Grupo de Trabalho consistiram em: estabelecer uma gestão integrada das Unidades de Conservação, influenciar um maior poder de inserção e negociação nos programas e projetos de desenvolvimento na região, influenciar a política pública local e regional de modo a gerar novos benefícios sociais e ambientais, fortalecer os processos de formação de minicorredores, colaborar para a preservação da identidade cultural formada por pataxós, agricultores familiares e pescadores; resgatar sociobiodiversidade característica da região e promover alternativas de trabalho e renda com técnicas produtivas de menor impacto sob os recursos naturais.

O grupo definiu que a forma de leitura dos documentos ocorreria individualmente para que as discussões ocorressem de forma mais eficiente, optando-se por discutir inicialmente os objetivos do Mosaico. Após este momento, Annette declarou o Mosaico atuar como uma forma de favorecer o contexto de planejamento local e regional, contribuindo para a realização de diversas iniciativas individualistas ocorrendo em paralelo.

Dary afirmou que as Unidades de Conservação não conseguem realizar o papel de um Mosaico, uma visão complementada por Camila ao afirmar que o mosaico deve motivar a identidade



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

territorial pensando em ações integradas, buscando objetivos comuns, uma realidade que Unidades de Conservação isoladas umas das outras não conseguem implantar.

Annette informou que os mosaicos devem fortalecer a figura dos minicorredores e que a integração das Unidades de Conservação deve levar em conta a resolução de conflitos e a promoção da conservação e do desenvolvimento sustentável.

A delimitação do território do Mosaico para o sul da Bahia levou em consideração as divisas político-administrativas dos municípios que apresentam Unidades de Conservação, com a área de gestão integrando também os limites e zonas de amortecimento que ocorrem no entorno das Unidades de Conservação.

Annette informou que existe uma potencialidade para a criação de novas áreas protegidas no sul da Bahia, principalmente unindo fragmentos florestais próximos que podem atuar delimitando territórios.

Segundo o grupo, as identidades territoriais e culturais também devem compor o critério de delimitação do território do Mosaico, que apresentará uma extensão mais costeira.

A existência de projetos comuns na região criou uma proximidade entre os gestores de Unidades de Conservação e a intenção de instituição de um Mosaico, um processo favorecido pela operacionalidade e proximidade que ajudaram na criação da identidade territorial.

As características das bacias hidrográficas também devem ser incluídas e auxiliarem no processo de delimitação territorial do mosaico.

O Grupo de Trabalho também afirmou que no a identidade territorial no Arquipélago de Abrolhos é mais confusa, uma vez que não é habitado por pessoas. Entretanto, este problema pode ser contornado mediante o conhecimento de pescadores tradicionais sobre este conjunto de ilhas.

6. RESULTADOS E ENCAMINHAMENTOS DOS GRUPOS DE TRABALHO

Apresentação dos Resultados e Encaminhamentos do Grupo de Trabalho do Mosaico do Manguezal da Baía de Vitória

Todos os presentes concordaram que o mosaico deve incluir todas as áreas de mangue da baía, independente de fazerem parte de Unidades de Conservação criadas ou em processo de criação, sendo necessário delimitar uma extensão espacial para o Mosaico, com cada Prefeitura assumindo a responsabilidade de delimitar os fragmentos de manguezal pertencentes aos seus territórios municipais.



Figura 17: Apresentação dos resultados do grupo Manguezal da Baía de Vitória

As áreas de apicum e restingas adjacentes a qualquer área do manguezal devem receber atenção especial para não comprometerem a manutenção deste ecossistema, principalmente possibilitando a existência de áreas de recuo em direção à BR-101, contorno de Vitória e áreas de aporte hídrico localizadas na baixada do Mestre Álvaro, todas importantes para a manutenção deste ecossistema.

Iberê prontificou-se para enviar o mapeamento de áreas de aporte hídrico para a relatora do Grupo de Trabalho.

Juliana sugeriu a formação de um grupo virtual para a comunicação sobre o Mosaico, sendo acatado pelo Grupo de Trabalho denominado “mosaicomangue@google.group”. A moderação do grupo ficou sob responsabilidade com Ivani, representante da instituição Vitória do Futuro, possibilitando a inclusão de parceiros.

Ivani sugeriu que fossem realizadas visitas técnicas com o Grupo de Trabalho até às áreas de manguezal. Iara, por sua vez, sugeriu que a disponibilização de um veículo aquático deve ser formalizada junto às Secretarias Municipais e o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA). Ivani informou que repassará para o Grupo de Trabalho os equipamentos e materiais necessários a visita e oficializará a mobilização com as instituições envolvidas.

Ivani informou que dará prosseguimento as atividades da próxima etapa, como a elaboração do Plano Operativo para Reconhecimento e instituição do Mosaico, a composição do Conselho Gestor e formas de gestão.

O objetivo geral do Mosaico foi então consolidado pelos membros do Grupo de Trabalho, consistindo no gerenciamento de forma integrada e participativa das Unidades de Conservação e outras áreas protegidas do manguezal da baía de Vitória.

A composição do Conselho Gestor também foi realizada e incluirá como membros as instituições públicas e da sociedade civil organizada, tendo representação paritária e composta por membros titulares e suplentes. O Conselho Gestor contará com a seguinte estrutura:



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

1. Instituições públicas representadas por dez integrantes:
 - Com cinco Chefes ou Gestores de Unidade de Conservação no manguezal;
 - Um representante do Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA);
 - Um representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA);
 - Um representante da Polícia Ambiental;
 - Um representante do Ministério da Pesca e Aquicultura;
 - Um representante de Instituição de Ensino e Pesquisa federal.
2. Sociedade civil organizada representada por dez instituições:
 - Com quatro representantes dos usuários de recursos naturais do manguezal da Baía de Vitória;
 - Três representantes de organização da sociedade civil organizada, sem fins econômicos, que tem como objetivo a preservação do ecossistema, desenvolvimento de pesquisas na área da Mata Atlântica e a realização de um desenvolvimento sustentável;
 - Três representantes da iniciativa privada com interesse na região, havendo a participação de quatro atores e usuários dos recursos naturais do manguezal, constituídos por pescadores tradicionais, catadores, paneleiras e desfiadeiras, integrados ao Conselho Gestor.
3. As vagas destinadas à representação da iniciativa privada tiveram como possíveis candidatos a Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES), a Agência de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário (SEBRAE) e a entidade Espírito Santo em Ação, mas a decisão deverá ser tomada futuramente pelos órgãos gestores das Unidades de Conservação.

Durante a apresentação dos resultados do Grupo de Trabalho na plenária, foi acordado que haverá finalizações posteriores dos trabalhos, tendo em vista que o Plano de Ação para a instituição do Mosaico não foi concluído durante a Oficina Regional.

O prazo final para a entrega da proposta de instituição do Mosaico via órgão competente foi definido até o mês de dezembro de 2009.

O Grupo de Trabalho também se comprometeu a rever o objetivo geral para a instituição do Mosaico, adicionando objetivos específicos envolvidos com o estímulo, promoção de alternativas de trabalho e renda em técnicas produtivas de menor impacto; sensibilização da população, especialmente das comunidades do entorno para a importância do manguezal e da gestão integrada e elaboração de programas de educação ambiental e do plano de fiscalização integrados entre as quatro prefeituras pelo Conselho Gestor do Mosaico.

Também sugerido que a instituição Vitória do Futuro, como entidade promotora do Mosaico de Unidades de Conservação e áreas protegidas do manguezal da Baía de Vitória solicite oficialmente às Prefeituras os estudos, dados e mapas existentes para subsidiar o documento final.

Apresentação dos Resultados e Encaminhamentos do Grupo de Trabalho do Mosaico da Planície Costeira do Rio Doce

A área de abrangência para a instituição do Mosaico da Planície do Rio Doce será delimitada mediante a utilização de programas de sistemas de informação geográfica por Roberto Sforza.

Os integrantes do Grupo de Trabalho compuseram o seguinte objetivo para a iniciativa de instituição: "Fortalecimento das atividades dos corredores ecológicos e das áreas protegidas, visando à conservação dos ecossistemas e da sociobiodiversidade, buscando a promoção do desenvolvimento sustentável na área da planície costeira do Rio Doce".



Figura 18: Apresentação dos resultados do grupo Planície do Rio Doce

Uma agenda também foi elaborada sendo composta de três fases a serem cumpridas pelo Grupo de Trabalho com a **Fase 1**, consistindo no envolvimento e mobilização dos atores do Mosaico; a **Fase 2**, composta pela realização de estudos técnicos e diagnósticos das áreas integrantes do Mosaico e finalmente a **Fase 3**, consistindo no processo e consolidação da institucionalização do Mosaico.

O quadro de atividades abaixo foi, então, atribuído a alguns integrantes ou entidades componentes do Grupo de Trabalho, detalhando as responsabilidades a serem na Fase 1, ainda no ano de 2009.

Atividade	Responsável	Prazo
Elaboração de um grupo virtual para emissão de informações e compartilhamento de conhecimentos referentes ao Mosaico	Elizete Sherring Siqueira e Geovanni Ribeiro Lioila	Até o final de agosto
Preparação de apresentação básica a respeito do Mosaico e elaboração de documento-base para diálogos e mobilização dos atores	Elizete Sherring Siqueira e Roberto Sforza	Até 15 de setembro
Realização de oficina envolvendo os municípios de Jaguaré, Linhares, São Mateus e Sooretama, com duração de duas a quatro horas	Secretaria Municipal de Meio Ambiente com apoio do Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica (Ipema)	Até novembro
Realização de diálogo com a Petrobrás	A definir	A definir
Realização de diálogo com a Aracruz Celulose	Ana Paula Corrêa do Carmo	A definir
Realização de diálogo com o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), Departamento de Recursos Naturais	Gerusa Bueno Rocha	A definir

Realização de diálogo com as Organizações Não-Governamentais locais	Carlos Sangalia	A definir
Realização de diálogo com organizações comunitárias via Projeto EcoCidadania	Carlos Sangalia	A definir
Realização de diálogo com lideranças indígenas	Juarez Tarcízio Scalfoni	A definir
Realização de diálogo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	Gerentes das Unidades de Conservação	A definir
Realização de novo seminário com o Grupo de Trabalho para avaliar a receptividade do Mosaico pelas partes interessadas e a evolução dos próximos passos, com local de encontro no município de Linhares	A definir	Final de novembro

Apresentação dos Resultados e Encaminhamentos do Grupo de Trabalho dos Mosaicos do Sul da Bahia



Figura 19: Apresentação do grupo Extremo Sul da BA

As seguintes atividades concomitantes e propostas de trabalho foram mencionadas pelo Grupo de Trabalho dos Mosaicos do Sul da Bahia, finalizando a discussão e planejamento entre os integrantes: (1) iniciar a discussão para a instituição do regimento interno do possível Mosaico; (2) discutir normas de inclusão e exclusão de áreas protegidas; (3) analisar uma possível estrutura para o futuro Conselho Gestor do Mosaico; (4) valorizar uma marca estabelecida para os Mosaicos do Baixo Sul e Extremo Sul da Bahia; (5) determinar e realizar um planejamento orçamentário para realização das atividades relacionadas aos Mosaicos da Bahia; (6) elaboração de planos de comunicação visando à divulgação e compartilhamento de informações sobre os Mosaicos do Sul da Bahia; (7) realizar o levantamento dos planejamentos de Desenvolvimento



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

Territorial com Base Conservacionista elaborados para a região de abrangência proposta para os Mosaicos do Sul da Bahia; (8) realização de sobrevôos e fiscalização por terra para o monitoramento da cobertura florestal; (9) avaliação da efetividade dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação; (10) elaboração de Planos Estratégicos e Planos de Ação para os Mosaicos do Sul da Bahia e (11) elaboração de um Termo de Responsabilidade para adesão aos Mosaicos do Sul da Bahia. O seguinte plano operativo para o ano de 2009 foi estruturado pelo Grupo de Trabalho:

Atividade	Setembro	Outubro	Novembro
Articulação com outras áreas protegidas	X	X	
Discussão dos objetivos	X		
Verificação e cadastramento de todas as Unidades de Conservação no Congresso Nacional de Unidades de Conservação	X		
Discussão das áreas de abrangência dos Mosaicos do Sul da Bahia			X
Composição dos Conselhos Gestores, com cada Conselho dedicado ao seu respectivo Mosaico			X
Preparação de minuta de Portaria para os Mosaicos do Sul da Bahia encaminhada ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA)			X
Preparação de minuta e recolhimento da Carta de Adesão das áreas protegidas que integram os Mosaicos	X	X	X
Caracterização das áreas protegidas que integram os Mosaicos, com destaque para importância e informações técnicas de cada área	X	X	X
Realização de contato com o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA) quanto à inclusão ou exclusão de áreas protegidas após a instituição dos Mosaicos do Sul da Bahia	X		
Verificação junto ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA) quanto à questão do Decreto em relação à inclusão de áreas protegidas que não consistem em Unidades de Conservação	X		



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

7. ENCERRAMENTO

Após a apresentação dos resultados e encaminhamentos definidos por cada Grupo de Trabalho, muitos participantes da Oficina Regional comunicaram que o evento foi um momento animador para a conservação da sociobiodiversidade, pois possibilitou o fortalecimento e aperfeiçoamento dos Mosaicos, consistindo em um instrumento fundamental para garantir a proteção dos recursos naturais e dos serviços ambientais. Além disto, a troca de experiências foi garantida pelo evento, colaborando também para aproximações de intuições públicas, privadas e da sociedade civil organizada em prol de um objetivo maior. Após os comunicados, Heloisa Dias, deu a *Oficina Regional de Mosaicos do Corredor Central da Mata Atlântica*, envolvendo os Estados do Espírito Santo e Bahia, por encerrada às 17 horas do dia 14 de agosto de 2009.



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

8. FICHA TÉCNICA

Realização:

Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Parceria:

Conservação Internacional do Brasil
The Leading Travel Companies – Conservation Foundation
IPEMA – Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica
IBAMA - Projeto TAMAR
IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo

Coordenação do Programa Mosaicos e Corredores Ecológicos da Mata Atlântica:

Clayton Ferreira Lino
Heloisa Dias

Apoio Técnico e Operacional:

Deusedete Alle Son
Giovanni Loiola
Nilson Máximo

Apoio Logístico

Deusedete Alle Son

Apoio Financeiro

Laryssa Moll Mitsunaga

Apoio de Mídia:

Danilo Costa Silva
Felipe Sleiman Rizzato

Anexo I – Lista de participantes da Oficina Regional de Mosaicos do Corredor Central da Mata Atlântica



Programa de Fortalecimento e Intercambio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

I Oficina Regional de Mosaicos do Corredor Central da Mata Atlântica

Instituição	Convidado	e-mail	Mosaico	Telefone:
Aracruz - RPPN Restinga de Aracruz - ES	Ana Paulo Correa do Carmo	apcamo@aracruz.com.br		27-32702728
ASCORD (Agencia ? Comunitarios da Planicie Costeira do Rio Doce)	Carlos Sangala	ecocidadania@terra.com.br	Corredor Norte do ES	27-32741244 / 98261701
Associação Flora Brasil	Carmila da Cunha Michelin	camilaproxio@yahoo.com.br	Mosaico Extremo Sul da Bahia	73-32949311 / 1741 / 91538886
CE-RBMA-ES	Ione G. S. Moreira	igsmoreira@gmail.com	Mosaico Manguezais da Baía de Vitória	27-33826554
CN-RBMA	Nilson Máximo	nyyambiental@gmail.com	Programa Mosaicos da Mata Atlântica	11-22325728
CN-RBMA	Heloisa Dias	helocnrbma@uol.com.br	Programa Mosaicos da Mata Atlântica	11-22325728
Comunidade Indígena Pataxó	Jose Conceição Santana Braz	sampataxo@hotmail.com	Mosaico Extremo Sul da Bahia	73-99799908
Conservação Internacional do Brasil	Mônica Fonseca	m.fonseca@conservacao.org	CI Brasil	31-32613885
Fiona Goytacazes	Leony Wand Del-Rey Oliveira	leony.oliveira@cmbio.gov.br	Mosaico da Foz do Rio Doce	27-98384793
Fundação Onda Azul	Dary Rigueira	dary@ondazul.org.br; daryrigueira@yahoo.com.br	Mosaico Baixo Sul da Bahia	71-33213122 / 88815998
Grupo Ambiental Natureza Bela	Geiza Bonfim Bertti	gezabonfim@hotmail.com	Mosaico Extremo Sul da Bahia	73-32702215 / 81246542
ICMBio - Coordenação Regional de Porto Seguro - BA	Ana Celi Pessoa Tinoco	anaceli_tinoco@terra.com.br		73-35751142
IEMA/GRN/CAP	Terence J. C. M. Ramos	terencejamos@hotmail.com		27-31363470
IMCBio	Juarez T. Scalloni	comboios@tamar.org.br	Comboios, Sooretama e Goytacazes	27-32741209
IMCBio	Eliton Lima	elitonlima@bol.com.br	Rebio Sooretama	27-99912366
Instituto Goiamum	Angela Neves Machado	machado.angela@gmail.com	Mosaico Manguezais da Baía de Vitória	27-32434355 / 99229818
Instituto Goiamum	Larissa Lages Botelho	goiamum@goiamum.org.br; botelho_larissa@hotmail.com	Mosaico Manguezais da Baía de Vitória	27-32387219 / 99523054
IPEMA-ES	Elizete Siqueira - IPEMA	elizetesiqueira@hotmail.com	Manguezais de Vitória e Doce - ES	27-33142537 / 99731118 / 99839665
IPEMA-ES	Goevanni Ribeiro Lorola	goevannir@hotmail.com	Manguezais de Vitória e Doce - ES	27-33142537
IPEMA-ES	Deusdedet Alle Son	detinhason1@gmail.com	Mosaico Manguezais da Baía de Vitória	
PMV - IEMA	Gerusa Bueno Rocha	gerusa.bueno@gmail.com	Projeto Corredores Ecológicos - ES	27-31363475 / SEAMA; 27-31363476
PMV - SEMMAM	Lilian B. Sarmento	lilsarmento@hotmail.com	Mosaico Manguezais da Baía de Vitória	27-33826527
PMV - SEMMAM	Juliana Conde	jcambiente@yahoo.com.br	Mosaico Manguezais da Baía de Vitória	27-33826536
PMV - SEMMAM	Lincoln Marcelo Provesan	lmprovesan@yahoo.com.br	Mosaico Manguezais da Baía de Vitória	27-33826555
PMV - SEMMAM	Jader Garba Busato	jbusato@unef.br	Mosaico Manguezais da Baía de Vitória	27-33826555
PMV - SEMMAM	Danielle Peron D Agostini	danielleperon@hotmail.com	Mosaico Manguezais da Baía de Vitória	27-88310364
Projeto Tamar - ICMBio	Roberto Sforza	rsforza@tamar.org.br	Mosaico da Foz do Rio Doce	27-32221417 / 99844666
Projeto Tamar - ICMBio	Joca Thome	joca@tamar.org.br	Mosaico da Foz do Rio Doce	27-32221417
RPPN Manona	Annette Eldridge	mdpsambiental@yahoo.com.br; rppnmanona@terra.com.br	Mosaico Extremo Sul da Bahia	73-88232385
RVS Rio dos Frades	Francisco Onezete Araujo	onezete@yahoo.com.br	Mosaico Extremo Sul da Bahia	99539003
Sec. Municipal de Meio Ambiente - CBH Rio São José	Luiz Mauro P. Souza	mmrezaforse@hotmail.com		
SEMAN	Lucas Scaramussa	lucas.scaramussa@linhares.es.gov.br		27-33722123 / 96574990
SEMAN Linhares - ES	Fabricio Borghi Follí	fabricio.follí@linhares.es.gov.br	Mosaico da Foz do Rio Doce	27-33722122 / 99393609
SEMAN Linhares - ES	Enoque Nunes Moraes	semam@linhares.es.gov.br	Mosaico da Foz do Rio Doce	27-33722122
SEMM/DRN/DAUC	Filipe Ramos	ramos.bio@hotmail.com		27-32913945 / 98590512
SEMMAM/CRN/Cariacica	Renan Barcellos Calmon	r-calmon@uol.com.br		27-33466391 / 81788148
Vitória do Futuro	Ivani Soares Zecchinelli	vitoriadofuturo@vitoriadofuturo.org.br	Mosaico Manguezais da Baía de Vitória	27-33254245

Realização



Parceria:



Apoio:





Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

Anexo II – i - Documento de referência RBMA: Subsídios para Marco Regulatório de Mosaicos de Áreas Protegidas versão 1.0 – agosto 2009;

Documento de referência RBMA: Subsídios para Marco Regulatório de Mosaicos de Áreas Protegidas versão 1.0 – agosto 2009

I – Definição e base conceitual:

1 – Os mosaicos foram definidos no SNUC a partir de: “**LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.**”

Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

...

Art. 26. Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.

Parágrafo único. O regulamento desta Lei disporá sobre a forma de gestão integrada do conjunto das unidades...”

2 – Essa definição caracteriza a figura de mosaico como um **instrumento de gestão integrada e participativa de áreas protegidas**.

3 – E que considera:

- A pré-existência de áreas protegidas na região;
- Áreas protegidas (latu sensu) e não apenas UCs;
- Áreas protegidas públicas e privadas (RPPN/RL/APP);
- Áreas protegidas públicas nos 3 níveis de governo;
- Áreas protegidas da mesma categoria ou categorias diferentes;
- Áreas protegidas próximas, justapostas ou sobrepostas que possibilita mosaicos descontínuos (próximos);
- Que os objetivos do mosaico são simultaneamente (e com igual importância) de conservação da biodiversidade, da valorização da sociodiversidade e de desenvolvimento sustentável;
- Que os objetivos do mosaico devem ser implementados em um contexto regional;
- Como pressuposto uma articulação dos órgãos gestores para uma ação integrada, fortalecendo a articulação/planejamento intra institucional quando as áreas protegidas tem um único órgão de um mesmo ente federativo, e o fortalecimento do SISNAMA quando os órgãos são de diferentes estados ou níveis de governo;
- Que a gestão do conjunto deve respeitar as categorias de manejo e autonomia de cada unidade do mosaico, fortalecendo-as e otimizando os recursos disponíveis;



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

- Que a gestão participativa pressupõe mecanismos institucionais que assegurem a representatividade dos atores (gestores, usuários e agentes regionais) e a efetividade dessa gestão;

Diz ainda que a(s) forma(s) de gestão integrada do mosaico serão definidas no regulamento da lei (decreto).

4 – No “**DECRETO Nº 4.340, DE 22 DE AGOSTO DE 2002** que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, define:

- a) A forma e competência para criação/reconhecimento de mosaicos no Capítulo III:

“... Art. 8º O mosaico de unidades de conservação será reconhecido em ato do Ministério do Meio Ambiente, a pedido dos órgãos gestores das unidades de conservação...”

Observações:

- Diferente do que prevê a Lei (UCs e outras áreas protegidas) o Decreto restringe o mosaico a Unidades de Conservação, o que deve ser corrigido e detalhado;
- Define a criação apenas em nível Federal (ato do Ministério do Meio Ambiente) desconsiderando a competência comum dos demais entes federativos;
- Não considera a possibilidade/interesse de criação de mosaicos via outros instrumentos legais (decretos, leis);
- Coloca como pressuposto o pedido dos órgãos gestores das UCs, ou seja, criação de mosaico tem com ponto de partida a iniciativa e ato voluntário dos órgãos gestores;

E implicitamente considera:

- Que não são necessários estudos prévios, nem audiências públicas pois não se trata de uma nova área protegida, mas sim um instrumento de gestão integrada de áreas protegidas já existentes;

- b) O instrumento básico de gestão do mosaico, conforme Art. 9º.:

“... Art. 9º O mosaico deverá dispor de um conselho de mosaico, com caráter consultivo e a função de atuar como instância de gestão integrada das unidades de conservação que o compõem.

§ 1º A composição do conselho de mosaico é estabelecida na portaria que institui o mosaico e deverá obedecer aos mesmos critérios estabelecidos no Capítulo V deste Decreto.

§ 2º O conselho de mosaico terá como presidente um dos chefes das unidades de conservação que o compõem, o qual será escolhido pela maioria simples de seus membros...”

Observações:

- Todo mosaico deverá dispor de um Conselho do mosaico;
- Define que o Conselho com caráter consultivo;
- Volta a falar em UCs e não em áreas protegidas;
- Define o ato de reconhecimento do mosaico como portaria;



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

- Vincula a composição do Conselho do mosaico aos critérios estabelecidos na Capítulo V do Decreto, o que implica entre outros aspectos na inclusão no conselho de vários setores como órgãos públicos (3 níveis de governo, agências ambientais e de áreas afins) representação da sociedade civil (ONGs, comunidade científica, população, proprietários, trabalhadores, setor privado e comitês de bacias);
 - Recomenda composição paritária entre governo e sociedade civil;
 - Define mandato de 2 anos, renovável por igual período;
 - As reuniões devem ser públicas, com pauta prévia;
 - Diz que cabe ao órgão executor (presidência do conselho ou todos no caso do mosaico) convocar o Conselho e prestar apoio a participação dos conselheiros nas reuniões, sempre que solicitado e devidamente justificado;
- c) A competência do Conselho Gestor de cada mosaico:
- “Art. 10. Compete ao conselho de cada mosaico:
- I - elaborar seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instituição;
- II - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar:
- a) as atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação, tendo em vista, especialmente:
 1. os usos na fronteira entre unidades;
 2. o acesso às unidades;
 3. a fiscalização;
 4. o monitoramento e avaliação dos Planos de Manejo;
 5. a pesquisa científica; e
 6. a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental;
 - b) a relação com a população residente na área do mosaico;
- III - manifestar-se sobre propostas de solução para a sobreposição de unidades; e
- IV - manifestar-se, quando provocado por órgão executor, por conselho de unidade de conservação ou por outro órgão do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, sobre assunto de interesse para a gestão do mosaico.

Observações:

- Promove a integração de algumas ações (fiscalização, pesquisa, usos nas fronteiras, etc) mas que pode incluir várias outras;
- Dá ao conselho do mosaico uma importante função na discussão de alocação de recursos de compensação ambiental, mas é preciso ver compatibilidade legal com as competências de cada órgão gestor e dos diferentes níveis do SISNAMA;
- Indica uma ação político-institucional do Conselho, articulando relação com moradores do mosaico (e seu entorno?) e manifestando-se sobre sobreposição de unidades e outros assuntos de interesse para o mosaico;

d) Estabelece relação de gestão com corredores ecológicos:

“... Art. 11. Os corredores ecológicos, reconhecidos em ato do Ministério do Meio Ambiente, integram os mosaicos para fins de sua gestão.
Parágrafo único. Na ausência de mosaico, o corredor ecológico que interliga unidades de conservação terá o mesmo tratamento da sua zona de amortecimento...”

Observações:

- Considera o conceito de corredores apenas de pequena escala, interligando Ucs e não os macro corredores (como o Corredor Central da Mata Atlântica) que pode “conter” mosaicos;
- O SNUC vincula os corredores a uma UC e seu zoneamento (Art. 25);



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

Mosaico de Áreas Protegidas

I – Questão básica: o que são áreas protegidas?

1. Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL) definidos no Código Florestal;
2. Unidades de Conservação definidas no SNUC:
 - UCs de Proteção Integral;
 - UCs de Uso Sustentável;
 - e suas zonas de amortecimento e corredores ecológicos a elas vinculadas;
3. Reservas da Biosfera, também definidos pelo SNUC:
 - Com suas zonas núcleo, zonas de amortecimento e de transição;
4. Outras áreas (além de UCs, Reservas da Biosfera, RL e APP) no Plano Nacional de Áreas Protegidas (decreto):
 - Áreas indígenas;
 - Áreas Quilombolas;
 - Áreas de Exclusão de Pesca;
 - Sítios do Patrimônio Mundial Natural;
 - Sítios RAMSAR;
5. Áreas protegidas/UCs definidas nos sistemas estaduais e municipais de conservação:
 - Parques Ecológicos (SP);
 - Florestas Urbanas (PE);
 - Estação Experimental (SP);
 - Áreas de Mananciais;
 - Rio Cênico;
6. Zonas de proteção definidas em outros instrumentos de planejamento:
 - Zonas protegidas pela lei do GERCO;
 - Nos planos diretores municipais;
 - Nos zoneamentos ecológicos-econômicos;
7. Áreas naturais tombadas
8. Áreas protegidas por força de outras legislações ambientais:
 - Lei da Mata Atlântica (remanescentes primitivos, estágio avançado de regeneração);
 - Lei de Fauna (sítios de reprodução e alimentação de espécies migratórias ou ameaçadas de extinção);
 - Decreto de cavernas (o antigo pois o atual é inconstitucional)

II – Que tipo de área protegida deve compor mosaicos. Quais os critérios devem ser considerados para inclusão no mosaico.

Algumas sugestões:

- Reconhecimento oficial específico para a área;
- Delimitação territorial;
- Clareza sobre responsabilidade de gestão;

Mosaico – Informações Relevantes

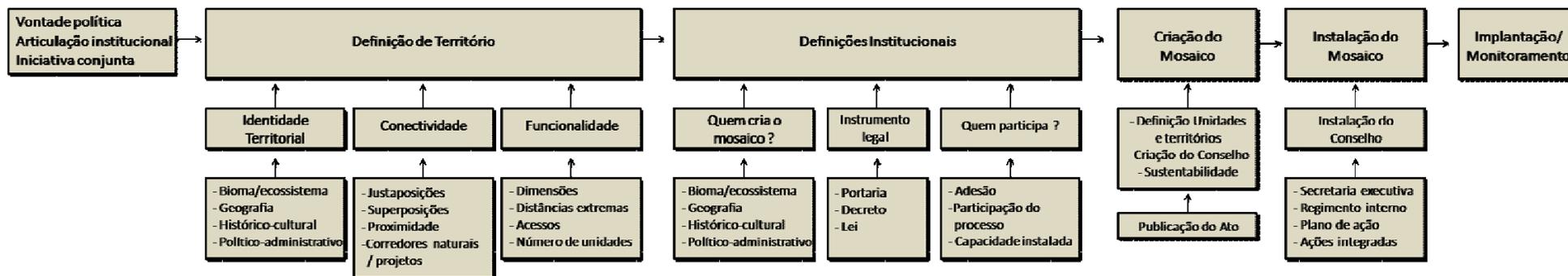
1. Atualmente existem (ou estão em fase avançada de criação) mosaicos de âmbito federal, estadual e municipal;
2. Na Mata Atlântica, dentre os mosaicos reconhecidos ou em processo as áreas variam entre 100.000 ha. e 2.000.000 ha. Incluindo entre 5 e 34 áreas protegidas. Na Amazônia chega a 10.000.000 ha.;



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

3. Alguns mosaicos foram criados por portaria do MMA (federais), outros por leis estaduais (SP/SC) e outros por decreto estadual (APAs Marinhas / SP);
4. Alguns mosaicos estabeleceram outros instrumentos de gestão (além do conselho) como secretaria executiva, câmaras técnicas e planos de ação integrada;
5. Alguns mosaicos fora estabelecidos no processo de revisão e recategorização de Unidades de Conservação pré-existent;
6. Várias áreas protegidas foram (ou estão sendo) criadas no processo de criação de mosaicos;
7. Todos os mosaicos criados tiveram estudos prévios e propostas discutidas nos conselhos das UCs envolvidas e nos seus órgãos gestores;
8. Existem superposição de mosaicos e portanto UCs que participam de 2 ou 3 mosaicos;

Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica





Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

Questões a serem discutidas

GT Temáticos – Base Conceitual e Marco Regulatório para Mosaicos

Macro Tema 1: Territorialidade – Criação e delimitação de Mosaicos

Questões a serem discutidas:

I - O que é o Território do Mosaico?

- * Território físico
- * Território de ação

II – Composição e delimitação do Território

- * na delimitação do território dos mosaicos que peso devem ter os fatores indicados?

Fatos	Peso	Observações
Identidade territorial	3	
Conectividade física	2	
Conectividade funcional	3	
Operacionalidade / funcionalidade / logística	2	
Políticas públicas para conservação e desenvolvimento	2	
Grandes empreendimentos		
Áreas potenciais a serem geridas dentro do mosaico		

- * deve haver critérios mínimos para a criação de mosaicos?
- * em que medida o enfoque ecossistêmico pode contribuir na delimitação dos mosaicos (e sua gestão?)
- * como tratar áreas de interstício entre áreas protegidas na definição do território do mosaico?
- * uma UC pode/deve participar de mais de um mosaico? Como tratar as superposições de mosaicos?

III – Instrumento e instância de criação

- * quando a área proposta envolver áreas protegidas de diferentes níveis de governo, que critérios devem ser considerados na definição da instância que criará o mosaico e para gestão integrada?
- * que critérios devem ser considerados para se definir o melhor instrumento legal de criação de mosaicos?

IV – Dinâmica do Território

- * uma vez criados, o território dos mosaicos pode ser aumentado (ou reduzido) com a adesão de novas áreas protegidas (ou desistência/exclusão de outras)? Que critérios e mecanismos devem ser utilizados nestes casos?



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

V – Consolidação do Território

* como divulgar / consolidar o território do mosaico em campo e no conhecimento da sociedade local e geral?

Debates:

- O mosaico deve ser um ato a de criação em cima de uma meta comum;
- O reconhecimento do mosaico é um processo;

GT Temáticos – Base Conceitual e Marco Regulatório para Mosaicos

Macro Tema 2: Gestão e Sustentabilidade dos Mosaicos

Questões a serem discutidas:

I – Objetivos e competências dos Conselhos Gestores

* quais são os objetivos do Conselho?

Ex.: Portaria MMA nº 349, dezembro 2006 - Mosaico Bocaina

“Art. 4º Ao Conselho Consultivo compete:

I - elaborar seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instituição;

II - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar:

a) as atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação, tendo em vista, especialmente:

1. os usos na fronteira entre unidades;
2. o acesso às unidades;
3. a fiscalização;
4. o monitoramento e avaliação dos Planos de Manejo;
5. a pesquisa científica;
6. a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental.

b) a relação com a população residente na área do mosaico.

III - manifestar-se sobre propostas de solução para a sobreposição de unidades, e

IV - manifestar-se, quando provocado por órgãos executor, por conselho de unidade de conservação ou por outro órgão do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, sobre assunto de interesse para gestão do mosaico.”

* o conselho do mosaico, segundo o decreto do SNUC, tem caráter consultivo. Existem ações onde deva ter caráter deliberativo? (aprovação plano de ação? inclusão de novas áreas?)

* com a criação do Mosaico quais são as novas estratégias ou ferramentas de gestão?

* em que medida a figura do mosaico pode contribuir para a criação de novas UCs e outras Áreas Protegidas?

* em que medida a figura do mosaico pode contribuir para o ordenamento territorial e a resolução de conflitos na sua área de abrangência?

* como promover a capacitação continuada dos gestores dos mosaicos?

* como deve ser a articulação do conselho do mosaico com os conselhos de cada unidade?



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

II – Relação entre Mosaico e outras Unidades

- * quando as ações devem ser conjuntas /compartilhadas pelos gestores das áreas protegidas que compõem o mosaico e quando devem permanecer a cargo de cada área?
- * que critérios devem ser definidos para tomada de decisão? Quando se deve exigir consenso?
- * como o mosaico pode fortalecer a implantação de cada uma de suas unidades? E atingir melhor seus objetivos de conservação da biodiversidade, manutenção de serviços ambientais e desenvolvimento sustentável?
- * devem haver cartas de compromisso (pactuação de princípios comuns ou programas integrados, destinação de recursos?)

III – Plano de Ação e monitoramento

- * que componentes deve ter um plano de ação do mosaico? Programas comuns, ações compartilhadas?
- * mecanismos/ indicadores de monitoramento

IV– Sustentabilidade

- * como se pode assegurar a sustentabilidade e o fortalecimento dos mosaicos? Quem mantém a secretaria executiva, reuniões, comunicação e projetos integrados?
- * como disponibilizar/ gerenciar os recursos financeiros das dotações orçamentárias específicas de cada instância de governo e de outras fontes (fundos, doações,...)
- * como priorizar e reforçar a sustentabilidade nas estratégias de ação?
- * como o mosaico pode se beneficiar de editais, fundos, parcerias, se não tem personalidade jurídica?



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

Anexo II – ii - Subsídios do I Seminário de Áreas Protegidas, Mosaicos e Corredores Ecológicos da Mata Atlântica - RBMA / TFC-CI / RMA / MMA – São Paulo – SP

GT temático – base conceitual e Marco Regulatório para Mosaicos

Macro tema I: Territorialidade – Criação e Delimitação de Mosaicos

I - O que é o território do mosaico?

Ponto principal: Existem dois tipos de mosaicos: o de áreas protegidas e o de unidades de conservação. A Lei do SNUC prevê o primeiro e o Decreto 4.340/2002 regulamenta o segundo.

A pré-existência de áreas protegidas

São 3 dimensões: funcionalidade ecossistêmica, recorte político e núcleo básico

Linhas: operacional (gestão) e funcional (conectividade e reconhecimento da identidade cultural).

Objetivo: buscar uma meta maior que a UC isoladamente não atinge. O objetivo do mosaico é maior que a somatória dos objetivos das ucs isoladas. Necessidade da pré-existência de uma motivação (conservação, ameaça, desmatamento, desenvolvimento turístico, identidade cultural).

O processo de reconhecimento do mosaico é dividido em três dimensões:

Proposta e estudos prévios: é o território de análise que deve considerar os aspectos operacionais e funcionais.

Reconhecimento: é o território físico/legal (lista de ucs e outras áreas protegidas, conforme o caso)

Planejamento e gestão: é o território de ação.

II – Composição e delimitação do território

Crítérios mínimos: objetivo de conservação comum, implementação mínima da área (equipe e estrutura), núcleo básico (Ucs e Tis). Não precisa, mas é desejável, a formação dos conselhos das ucs.

Lembrar que, ao compor um mosaico, as ucs não perdem os compromissos individuais (plano de manejo, conselho...). O mosaico pode, inclusive, estimular e contribuir para implementação das ucs.

Contribuição do enfoque ecossistêmico: é base para a definição do mosaico. Oferece princípios que norteiam a conservação do funcionamento dos ecossistemas e reprodução social e cultural. O mosaico é uma oportunidade de solucionar conflitos sociais e ambientais e ordenar o desenvolvimento (reorganização do território).

Interstício: área de atuação é definida em cada caso. O interstício é incorporado e tratado no Plano de Ação do mosaico e não entra, hoje, na fase de reconhecimento do mosaico (território legal/físico). O plano de ação deve trabalhar com outras políticas de ordenamento e uso do território (pdot, zee, estatuto das cidades, contratos, código florestal...).

III – Instrumento e instância de criação

Diferentes níveis de governo: sugere-se que todas as esferas de governo possam reconhecer mosaicos. Vai depender da liderança e da relevância. Ressalta-se que, quando houver mais de uma esfera, é obrigatória a manifestação de interesse de todas.

Instrumentos legais: o importante é a escolha de uma norma “forte”. Sugere-se que seja ato do Executivo. Apesar de o mosaico ter um caráter dinâmico, o decreto é o instrumento desejável nos níveis estaduais e municipais. No caso de reconhecimento federal, segue a obrigação da Portaria do MMA.



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

IV – Dinâmica do território

Inclusão de novas áreas: depende de aprovação do conselho. Carta de adesão com os interesses e compromissos é analisada.

Exclusão: A exclusão deve ser justificada e com aprovação do conselho.

Para compor o mosaico, o grupo recomenda a celebração de termo de cooperação técnica. Esse termo é para facilitar e organizar o trabalho entre as instituições/partes.

V – Consolidação do território

Recomenda-se: articular os objetivos do mosaico em fóruns deliberativos de desenvolvimento regional (ex: territórios da cidadania).

Macro tema II: Gestão e Sustentabilidade dos Mosaicos

I – Objetivos e competências dos Conselhos Gestores

É consultivo nas questões governamentais

É deliberativo nas questões internas e depende da ação do conselho.

Estratégias:

Plano estratégico: é a base do mosaico, focado nos objetivos comuns, com metas e prazos. O plano estratégico deve identificar outros atores (não ucs) que possam contribuir para viabilizar os objetivos. As ações que fortalecem a sinergia devem, preferencialmente, ser incorporadas nos POAs das ucs. No caso de uma normatização, esse assunto deve ficar aberto para pegar a abrangência local. O planejamento do mosaico é refletido nos planejamentos das unidades (planejamento em cascata).

Plano de ação: é para atingir as metas definidas no plano estratégico. Deve ser integrado, sem refletir demandas individuais das ucs.

II – Relação entre mosaicos e outras unidades

Ações compartilhadas com as UCs: o plano de ação integrado define o que será feito pelo mosaico, de forma compartilhada.

O mosaico é para implementar ações de desenvolvimento e conservação em um dado território.

Criar o plano de comunicação para o mosaico - Comunicação interna e externa;

III – Plano de ação e monitoramento

IV – Sustentabilidade

Dentro de cada plano (de ação e estratégico) deve constar o plano financeiro (estratégias de arrecadação e de gestão financeira).

Anexo II – iii – Relatório do I Seminário sobre Gestão Territorial para Conservação da Biodiversidade - DAP/SBF / MMA / WWF - Brasília – DF

SEMINÁRIO SOBRE GESTÃO TERRITORIAL PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

**Departamento de Áreas Protegidas
Ministério do Meio Ambiente**

RELATÓRIO

**Andrea Caro Carrillo
Brasília 08 e 09 de julho de 2009**

ÍNDICE

LISTA DE FIGURAS.....	ii
LISTA DE QUADROS.....	ii
1. INTRODUÇÃO.....	01
2. PROGRAMAÇÃO.....	02
4. RELATO DA OFICINA.....	03
PRIMEIRO DIA - 08 DE JULHO.....	03
Abertura.....	03
Apresentação - Fabio França - Apresentação Conceitual sobre os Instrumentos de Gestão Territorial.....	04
Apresentações.....	05
Abertura com moderador apresentando as tarefas propostas e a dinâmica dos trabalhos em grupos.....	05
Trabalho em Grupo - Tema I – Território - A.....	07
Trabalho em Grupo - Tema I – Território - B.....	10
Trabalho em Grupo - Tema II- Gestão.....	16
Trabalho em Grupo - Tema III - Institucionalização, Base Regulatória e Sustentabilidade Financeira.....	19
SEGUNDO DIA - 09 DE JULHO.....	24
Apresentação dos resultados obtidos pelos trabalhos em grupos e debate.....	24
ANEXOS.....	29
01 - Lista de participantes.....	29

ii

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Abertura Oficial do Evento.....	03
Figura 02 - Apresentação Fábio França – Gerente DAP.....	04
Figuras 03 e 04 - Trabalho em Grupo.....	06

iii

1. INTRODUÇÃO

Nos dias 08 e 09 de julho foi realizado no Centro de Convenções Israel Pinheiro em Brasília, com apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente e do WWF-Brasil, o I Seminário sobre Gestão Territorial para Conservação Territorial.

Seu objetivo principal foi discutir os instrumentos de gestão territorial previstos na Lei nº 9.985/2000 e subsidiar a construção de uma Estratégia Nacional de Gestão Territorial para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

A proposta da realização do Seminário é decorrente da publicação da Lei nº 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) sendo que, foram reconhecidos e disponibilizados aos órgãos e entidades de meio ambiente como, Mosaico, Corredor Ecológico e Reserva da Biosfera. O Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 regulamentou mosaicos e reservas da biosfera, especificando com é realizada a gestão desses instrumentos, entretanto, observa-se uma sobreposição de ações, o que, muitas vezes, ocasiona conflitos com incongruências na administração do território. Nesse sentido o Ministério do Meio Ambiente reuniu chefes de unidades de conservação, presidentes de conselho e sociedade civil organizada para refletir sobre a criação, gestão e manutenção desses espaços e identificar os desafios na implementação da gestão territorial integrada para a conservação da biodiversidade.

O evento contou com a presença de 67 participantes, representantes dos órgãos gestores federais e estaduais e da sociedade civil organizada.

2. PROGRAMAÇÃO

I SEMINÁRIO SOBRE GESTÃO TERRITORIAL PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Local:

Centro de Convenções Israel Pinheiro

Dia 08 de julho

09h00 – 09h30 Abertura com dirigentes do departamento de Áreas Protegidas - MMA, colaboradores e parceiros.

09h30 – 10h00 Apresentação conceitual sobre instrumentos de gestão territorial em áreas protegidas: corredores ecológicos, reservas da biosfera e mosaicos de unidades de conservação

10h00 – 10h30 Debate

10h30 – 10h45 Abertura com moderador apresentando as tarefas propostas e dinâmicas dos trabalhos em grupos

10h45 – 12h15 Trabalho em grupos

12h15 – 14h00 Almoço

14h00 – 18h00 Trabalho em grupos

Dia 09 de julho

09h00 – 12h00 Trabalho em grupos

12h00 – 13h30 Almoço

13h30 – 16h30 Apresentações dos resultados obtidos pelos trabalhos em grupos seguidas de debate

16h30 – 17h00 Encerramento

3. RELATO DA OFICINA

PRIMEIRO DIA – 08 DE JULHO

09h00 - 09h30 – Abertura Oficial do Evento

Foram convidados para compor a mesa de honra:

- A Secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente – Sra. Maria Cecília Wey de Brito.
- O Superintendente de Conservação e de Programas Regionais do WWFBrazil - Sr. Cláudio Maretti.
- O Diretor do Departamento de Fomento ao Desenvolvimento Sustentável e do Fundo Nacional do Meio Ambiente do Ministério do Meio Ambiente - Sr. Fabrício Barreto.
- O Presidente da Rede Brasileira de Reservas da Biosfera – Sr. Clayton Lino.

09h30 - 10h30 – Apresentação Conceitual sobre os Instrumentos de Gestão Territorial.

O Sr. Fábio França, gerente de Áreas Protegidas da Secretaria da Biodiversidade e Florestas – Ministério do Meio Ambiente deu as boas vindas a todos os participantes, ressaltou os objetivos do Seminário e apresentou os conceitos dos instrumentos de gestão territorial segundo o SNUC, sendo:

Mosaico – “Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá se feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional” (art.26);

Corredor Ecológico – “porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a re-colonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades de conservação” (art. 2º, XIX);

Reserva da Biosfera – “é um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações” (art. 41).

10h30 – 11h15 – Apresentações

Por solicitação do Sr. Clayton Lino, presidente da Rede Brasileira de Reservas da Biosfera foi aberto um breve espaço na agenda do Evento para apresentação de algumas instituições e projetos que quiseram divulgar seus trabalhos. Sendo assim, foram realizadas as seguintes apresentações:

- Mosaico de Áreas Protegidas na Reserva Biosfera da Mata Atlântica – Clayton Lino;
- Ações da GTZ e demais parceiros no Corredor Ecológico Central da Amazônia - Márcia Lederman;
- Ações da Embaixada da França - Caroline Delelis;
- Mosaico da Mata Atlântica – Central Fluminense – Breno Herera;
- Projeto Corredores Ecológicos/MMA – Miltão Ricardo de Moraes.

11h15 – 11h40 - Abertura com moderador apresentando as tarefas propostas e a dinâmica dos trabalhos em grupos.

Foi solicitado aos participantes que em grupos respondessem questões elaboradas pelo DAP sobre gestão territorial para conservação da biodiversidade. Os questionários trataram sobre três diferentes temas, sendo: Território, Gestão e Institucionalização, Base Regulatória e Sustentabilidade Financeira.

Os objetivos dessa atividade foram:

- Discutir os instrumentos de gestão territorial previstos na Lei nº. 9.985/2000 e subsidiar a construção de uma estratégia nacional de gestão territorial para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza;
- Aproveitar a experiência prática e o conhecimento dos especialistas presentes;
- Coletar informações qualificadas sobre a gestão territorial para conservação da biodiversidade

Para possibilitar um maior aprofundamento das discussões foi instruído que cada grupo respondesse sobre um tema. Os grupos e seus respectivos temas de trabalho foram eleitos pelo DAP para facilitar a logística, sendo a escolha feita de forma aleatória.

Cada grupo contou um computador, com o arquivo das questões e um arquivo com o SNUC. Os grupos contaram ainda, com um representante do DAP para contribuir com as discussões e esclarecer eventuais dúvidas.

Para garantir o bom andamento dos trabalhos lhes foi solicitado para que elessem para cada grupo um relator e um moderador, sendo que a função do moderador foi a de se preocupar para que todos se expresassem e pelo controle do tempo. A função do relator foi a de redigir de forma clara e objetiva.

Também foi instruído que as apresentações fossem elaboradas para serem projetadas, apresentando os principais pontos discutidos. Abaixo seguem os formulários devidamente respondidos por tema trabalhado.

TEMA I – TERRITÓRIO - A

Nome Instituição

Rinaldo José de Souza Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais

Maria Auxiliadora Silva Matoso Prefeitura de Itabira

Thiago Mota Cardoso IPE

Camila Michelin Flora Brasil

Carlos Bede Ibama

Breno Herrera ICMBio

Gerusa Rocha IEMA projeto corredores Ecológicos

Heloísa Dias Conselho da reserva da biosfera da Mata Atlântica

Alexandrina Sobreira Reserva da Biosfera da Caatinga

Olga Kummer Secretaria Estadual de Meio Ambiente MT

Fabiana Santos MMA

Roberta Holmes MMA

André Ribeiro MMA

Moderador: Thiago Mota Cardoso/ Camila Michelin

Relator: Rinaldo José de Souza

Observações:

1. O grupo entendeu pertinente considerar outros instrumentos de gestão territorial como sítios de patrimônio mundial natural e sítios RAMSAR, e promover discussões sobre seus objetivos e sua gestão;
2. O grupo fez a discussão à luz do SNUC, mas entende que os conceitos sobre corredores ecológicos e mosaicos devem ser aprofundados/ampliados para contemplar as práticas atuais.

3. Aprofundar o conceito de mosaico para que o mesmo englobe outras áreas protegidas, dos interstícios, além de unidades de conservação;

(a) Dado um território, quais critérios devem ser utilizados para escolher um ou mais instrumentos de gestão territorial a fim de aumentar a eficiência, eficácia e efetividade na conservação da biodiversidade?

Critérios:

- Adesão dos órgãos ou organismos gestores;
- Centros de endemismo;
- Presença de Ucs, devidamente reconhecidas;
- Operacionalidade de gestão;
- Objetivos dos instrumentos;
- Considerar todos os outros instrumentos;
- Governança do território;
- Conectividade física e ou funcional existentes;
- Envolvimento dos sujeitos dos territórios;
- Opinião dos conselhos das UC;
- Considerar as ferramentas que definem áreas prioritárias para conservação;
- Diversidade ecossistêmica;
- Identidade territorial;
- Considerar outras áreas protegidas;
- Diversidade ecossistêmica;
- Uso e ocupação do solo;

(b) Quais critérios devem ser utilizados para definir limites e escala mais adequada de territórios/instrumentos de gestão territorial?

- Identidade Territorial;

- Áreas protegidas reconhecidas e delimitadas(M);
- Unidades geomorfológicas regionais (C, RB);
- Capacidade de gestão/envolvimento/participação dos atores envolvidos.
- Limites políticos e administrativos;
- Escala de bioma/ecossistemas;
- Grau de precisão de informações do geoprocessamento;
- Acessibilidade entre as áreas protegidas (mosaico);
- Existência de conectividade ou potencial de conectividade entre as UC.
- Representatividade do planejamento participativo do território;
- Potencial de fluxo gênico;

(c) Entre quais instrumentos a sobreposição é possível? Em quais condições e obedecendo a quais critérios?

É possível a sobreposição dos instrumentos; Mosaico, corredores e reservas da biosfera, por serem instrumentos complementares, desde que haja previamente a articulação com vistas à gestão compartilhada e a interlocução entre as instâncias de gestão dos diferentes instrumentos, fortalecendo o SISNAMA.

É possível a sobreposição de dois instrumentos iguais. Nos casos de sobreposição de mosaicos, fica a critério do gestor ou responsável da Unidade de Conservação ou das áreas protegidas abrangidas participar em apenas um ou mais de um deles.

(d) Como reservas da biosfera, mosaicos e corredores devem interagir com territórios e instrumentos definidos para outras temáticas (bacia hidrográfica, território da cidadania, ZEE, regionalização do turismo)?

É desejável e imprescindível a consideração dos instrumentos de ordenamento territorial existentes, ou seja, os Instrumentos de governança.

É necessário e imprescindível que haja a interlocução e articulação interinstitucional via proposição de criação de instâncias específicas ou participação em instâncias já existentes (câmaras técnicas, conselhos, planejamentos estratégicos e comitês).

Resguardados os princípios, objetivos e atribuições do mosaico.

TEMA I – TERRITÓRIO - B

Nome Instituição

CLAYTON FERREIRA LINO Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

RODRIGO VICTOR Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo / Instituto Florestal de São Paulo

MARIA FERNANDA NUNES URFJ

GERARDO BRESSAN Fundação Onda Azul

JAYME HENRIQUE CERBMA-ES

ROGERIO VEREZA MMA

IVANA LAMAS CI

GIOVANNA PALAZZI -

MILITÃO RICARDO MMA – Corredores Ecológicos

SAMUEL TARARAN WWF

ANDRE AFONSO RIBEIRO MMA

ALLAN CREMA ICMBIO

Moderador: Clayton Ferreira Lino

Relatores: Allan Crema, Maria Fernanda Nunes, Rodrigo Victor

(a) Dado um território, quais critérios devem ser utilizados para escolher um ou mais instrumentos de gestão territorial a fim de aumentar a eficiência, eficácia e efetividade na conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável?

OBSERVAÇÃO DO GRUPO: ADICIONALMENTE À CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, ESTES TERRITÓRIOS DEVEM SERVIR TAMBÉM PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os três conceitos/mecanismos são complementares e podem estar superpostos em um mesmo território. Dependendo das características da área e dos objetivos /foco/prioridade de ação para a Conservação e desenvolvimento sustentável. Do território. A escolha dos critérios deve seguir os critérios abaixo:

- Se a área tiver poucas APs isoladas (em meio a áreas degradadas, de uso intensivo ou remanescente conservados, mas não protegidos) a principal estratégia for agir sobre os interstícios (promovendo a conectividade, a criação de UCs, a restauração ou o uso sustentável) a figura central é o Corredor Ecológico.

- Se a área contiver um conjunto de AP vizinhas, superpostas ou justapostas, (ou na possibilidade concreta de criá-las de imediato) e o foco de ação for a gestão integrada das APs e suas Zonas de Amortecimento, contribuindo para o ordenamento territorial, a resolução de conflitos e a valorização da identidade regional, a Figura central deve ser o Mosaico de Áreas Protegidas.

- Se o território contiver grande diversidade de ecossistemas, diversidade de paisagens e usos do solo, um conjunto significativo de APs, complexidade de gestão e importância nacional e o foco for a promoção simultânea da conservação, do desenvolvimento sustentável e do conhecimento, pressupondo um sistema de gestão integrada e participativa, a figura ideal é a Reserva da Biosfera. Nas RBs brasileiras existe uma política de reconhecimento de grandes áreas significativas na escala do bioma. Os mosaicos de APs e os Corredores ecológicos são instrumentos fundamentais para sua implementação e nelas (RBs) podem estar incluídos.

Qualquer dos instrumentos elencados tem como premissa o envolvimento prévio e permanente tanto dos órgãos de gestão ambientais, quanto das comunidades locais, entre outros, e a escolha das figuras territoriais em questão deve considerar também entre os critérios a oportunidade de real envolvimento desses atores, em cada uma delas no caso concreto.

Síntese dos critérios:

CORREDORES:

- Característica da área
- Existência de Ucs distantes ou próximas
- Promover a conectividade entre áreas protegidas
- Existência de ecossistemas íntegros ou não, interligando Ucs;
- Trabalhar em nível federal, estadual ou municipal;

MOSAICO

1. Características da área
2. Áreas protegidas vizinhas ou justapostas;
3. Trabalhar em nível federal, estadual ou municipal;

RESERVA DA BIOSFERA

1. Referência é o bioma / grandes paisagens e/ou sistemas que guardam certa identidade
2. No Brasil - pelo menos uma por bioma;
3. Trabalha somente em nível federal
4. Política para o reconhecimento de grandes áreas;
5. Sua área deve ser significativa em relação à área do bioma;
6. Condições para promover o desenvolvimento sustentável;
7. Podem englobar corredores e mosaicos;

OBSERVAÇÕES – idéias discutidas:

1. Reservas da biosfera devem conter sem corredores e mosaicos; corredores e mosaicos reforçam e dão força legal para gestão da Reserva da Biosfera;
2. Corredores Biorregionais se aproximam das RB;

Critérios para a seleção das figuras:

1. O instrumento deve contemplar a conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável. Os instrumentos devem ser entendidos como complementares entre si.

Para o Brasil as RBs devem ser suficientemente amplas, envolvendo áreas protegidas e seus interstícios, havendo um entendimento de que os instrumentos de mosaico e de corredores estão inclusos.

2. Deve haver uma diferenciação entre os corredores estabelecidos no SNUC e aquele voltado para a gestão da paisagem (macro áreas).

3. Presença de UCs é importante para o uso dos instrumentos.

Definição de território:

Identidade territorial – socioeconômico

Identidade étnica

A definição é dinâmica e temporária

Seleção do território:

Relevância biológica

Ordenamento de uso da terra

Reserva da Biosfera: tem zoneamento, exige gestão colegiada e participativa; promoção se aplica a qualquer área que tenha condições para a preservação da biodiversidade;

Critério para criação de corredores:

Estudos de áreas prioritárias para conservação

(b) Quais critérios devem ser utilizados para definir limites e escala mais adequada de territórios/instrumentos de gestão territorial?

MOSAICO

ESCALA - identidade regional; condições operacionais e logísticas;

LIMITES - áreas protegidas, zonas de amortecimento e corredores ecológicos legalmente instituídos, respeitando-se o pedido de adesão das UCs.

CORREDORES ECOLÓGICOS

ESCALA - objetivos: conectividade (SNUC) ou integração entre setores da paisagem (Macro) e, para ambos os casos, capacidade instalada para atingi-los;

LIMITES

CORREDORES SNUC - reconhecidos facilmente no campo; presença de vegetação, alterações antrópicas, limites estabelecidos nos planos diretores locais, outras necessidades estabelecidas por estudos científicos, ocorrência de endemismos, características naturais, hidrografia, relevo e remanescentes naturais para promover a conexão das UCs;

MACROCORREDORES – os critérios acima acrescidos de limites político-administrativos.

RESERVA DA BIOSFERA

ESCALA-escala máxima é o bioma; pode conter porções dentro do bioma; o critério essencial é que tenha plena condição para cumprir suas obrigações de conservação, desenvolvimento sustentável e geração de conhecimento. Deve ser uma área relativamente grande ou buscar envolver as principais AP, os remanescentes ecossistêmicos, a diversidade de usos do solo dentro do quadro de sustentabilidade. Capacidade instalada para gerir o território proposto.

LIMITES – político-administrativos, zonas de amortecimento e entorno de áreas protegidas, bacias hidrográficas, diversos elementos da paisagem (relevo, tipos de uso e ocupação da terra como áreas urbanas).

Observação geral:

Em eventuais áreas intersticiais existentes entre unidades que compõem o mosaico é recomendável, sempre que possível que sejam transformadas em áreas protegidas de qualquer tipo, para que possam fazer parte do Mosaico. A área do Mosaico pode ter uma área descontínua. (Pode ser criado também corredor)

(c) Entre quais instrumentos a sobreposição é possível? Em quais condições e obedecendo a quais critérios?

Todos os instrumentos podem estar sobrepostos e são complementares entre si;

Uma Reserva da Biosfera ou um Corredor (MACRO) deve inclusive abranger os demais instrumentos a fim de possibilitar uma melhor gestão do território;

Análise caso a caso:

Reservas da Biosfera:

- Podem e devem englobar mosaicos, corredores SNUC e, até, corredores “macro” (políticas públicas).
- Os mosaicos e corredores “SNUC” aumentam e reforçam, inclusive do ponto de vista legal, a gestão das RBs.

- Os conceitos de corredores, mosaicos e zonas de amortecimento de UCs sempre estiveram presentes nas RBs.
- RBs podem englobar, inclusive, outras RBs. Por exemplo, a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo está integralmente inserida na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – RBMA. A própria RBMA possui sobreposições com a RB da Caatinga em regiões de ecótonos.

Corredores ecológicos:

- No caso dos corredores pode haver sobreposição do Corredor de Política Pública (macro, paisagem), com o corredor de conectividade (SNUC).
- O Corredor de Política Pública pode conter todos os instrumentos, incluindo, até, RBs, dependendo da dimensão dessas.
- O corredor SNUC, por sua natureza, não contém os outros instrumentos, mas está geralmente incluído em mosaicos, RBs e corredores macros.

Mosaicos de UCs:

- O Mosaico pode conter um corredor de conectividade e pode sobrepor-se a outro mosaico.

Observação geral do grupo: O termo de Corredor de forma geral tem gerado confusão na aplicação do instrumento e seria importante renomeá-los. Sugere-se para os corredores maiores Corredor de Política Pública e os menores Corredor de Conectividade.

(d) Como reservas da biosfera, mosaicos e corredores devem interagir com territórios e instrumentos definidos para outras temáticas (bacia hidrográfica, território da cidadania, ZEE, regionalização do turismo)?

Antes de responder à questão, é importante ter clareza de conceitos:

DEFINIÇÕES:

- **Território da cidadania e regionalização do turismo** – área de promoção de políticas públicas.
- **ZEE e PDOT** – instrumento de planejamento e ordenamento territorial,
- **Bacia hidrográfica** – território geográfico formal e definido, assim como municípios e estados. Isso posto, de forma mais geral, RBs, mosaicos e corredores podem (e devem) interagir da seguinte forma com outras temáticas:
 - Com as **Unidades Territoriais** formalmente constituídas (bacias, municípios, zoneamento e planos diretores, etc.), os instrumentos devem ter (várias RBs, inclusive, já os tem), geralmente, dois tipos de interação:
 - Integração territorial: considerar os limites destas unidades nos estabelecimento dos seus próprios limites;
 - Integração Institucional: Os sistemas de gestão de áreas protegidas, bacias hidrográficas, municípios, Estados, etc., devem se articular com os dos instrumentos para conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável.
 - Em termos gerais, os citados instrumentos são áreas especiais para a aplicação de políticas públicas como os territórios da cidadania e a regionalização do turismo, embora isso não esteja ocorrendo, praticamente, com nenhuma das 3 categorias.
 - Do ponto de vista da integração dos instrumentos para conservação da biodiversidade / desenvolvimento sustentável com outros instrumentos de planejamento e ordenamento territorial, deveria sempre haver convergência nos zoneamentos, planejamentos e ordenamento territorial. Por exemplo, as RBs via de regra se valem desses zoneamentos locais / regionais (ZEEs, planos diretores municipais, etc) para o próprio estabelecimento das suas próprias zonas (zonas núcleo, de amortecimento e conectividade e de transição / cooperação). Deve sempre haver esse tipo de diálogo.

Observação geral do grupo: a integração de que trata essa questão deve ser objeto de formalização, se possível por meio de criação de legislação específica, especialmente no que concerne a adoção de mosaicos, RBs e corredores como espaços para aplicação de políticas públicas. O que se observa hoje é uma rotina de duplicação de esforços, sem a necessária interação.

Tema II: Gestão

Nome Instituição

Guilherme Destro IBAMA - CGZAM

Ester Blumemenfeld MMA- Dept. Áreas Protegidas (DAP)

Nadinni MMA- Dept. Áreas Protegidas (DAP)

Maria Carolina Hazin MMA-SBF
Andréia Andrigueto FUNAI-CGPIMA
Rosan Fernandes Associação Mico Leão Dourado
Célia Serrano Fundação Florestal-SP
Lúcia Helena Ferreira Moura IBRAM, Instituto Brasília Ambiental, DF-DICON
Andrei Mora IBRAM, Instituto Brasília Ambiental, DF-DIEMP
Reginaldo Muniz Soares Fundação Rio Parnaíba
Dary Rigueira Fundação Onda Azul
Gabriela Priante Teles Ávila SEMA-MT, Coordenação de Ecossistemas
José Junior SEMA-BA
Nadja Havt Bindá IEPÉ
Marcelo Senhorinho PCE, Projeto Corredores Ecológicos-BA
Victor Paulo Oliveira PCE, Projeto Corredores Ecológicos-MMA
Maria Jasylene Abreu WWF-BR
Marcelo Cortez CEUC- SDS
Francisco Girão CERBAC-Amazonastur
Viviane Lasmar Pacheco ICMBIO, Instituto Chico Mendes
Carlos Lamartini ICMBIO, Instituto Chico Mendes
Ronaldo Freitas Oliveira ICMBIO- Extremo Sul /BA
Moderador: Maria Jasylene Abreu
Relator: Andréia Andrigueto

(a) Quais as ações necessárias para que esses instrumentos de gestão atuem de forma integrada no território?

- Definir papéis e caracterização dos instrumentos para adequação legal;
- Pensar, implementar e construir os instrumentos de forma conjunta, considerando aqueles existentes no território;
- Promover a gestão participativa, articulada em torno de pauta comum dos diversos conselhos;
- Estabelecer planejamento estratégico articulado.

(b) Quais instrumentos de governança, concertação, comando e controle devem estar envolvidos na gestão de mosaicos, corredores e reservas da biosfera?

1. Instrumentos de governança:

- Envolvimento dos conselhos;
- Zoneamento;
- Planos de gestão e dos programas de forma integrada (planejamento, execução, monitoria e avaliação);
- Criação de base de dados comuns e públicos (SIG, cadastro, projetos ambientais, pesquisa,...);
- Regularização fundiária;
- Programa comum (de educação ambiental, sustentabilidade ambiental,...);
- Sistemas de comunicação (rádio-comunicação,...).

2. Instrumentos de concertação:

- Políticas e suas diretrizes;
- Acordos existentes entre as áreas protegidas (terras indígenas, quilombolas, APPs, RIs,...);
- Pactuação de princípios comuns (cartas de compromisso,...);
- Conselhos;
- Desenvolvimento de capacidades.

3. Instrumentos de comando e controle

- Plano integrado de proteção (fiscalização, vigilância, prevenção e combate aos incêndios florestais, monitoramento socioambiental);
- Programa de avaliação e monitoramento (dos resultados, impactos dos planos e programas no território);
- Banco de dados comum e público acerca de processos de licenciamento, ordenamento territorial, demandas para a criação de novas áreas protegidas, propiciando publicidade e controle social;
- Política de publicidade de informações territoriais (divulgação dos instrumentos corredor, mosaico e reserva da biosfera- e dos fundamentos e bases legais e administrativas);
- Programa de ordenamento territorial (regularização fundiária e adequação ambiental).

(c) De que forma os conselhos e comitês e outros coletivos de atores de vários instrumentos podem interagir para integrar a tomada de decisão e reduzir os custos de participação?

- Definir pautas comuns para os conselhos;
 - Estabelecer critérios de inclusão para ampliar e assegurar a participação dos atores locais envolvidos;
 - Facilitar o trabalho dos gestores, evitando a sobrecarga com a implantação da gestão integrada (por exemplo, com a criação de uma secretaria técnica executiva);
 - Apoiar comunidades e organizações locais para a capacitação e formação de lideranças;
 - Criar formas de sustentabilidade econômica (fundos,...);
 - Propor alterações legais para que a compensação ambiental possa ser revertida para os territórios;
 - Respeitar o processo de legitimação dos representantes locais;
 - Seguir o princípio da solidariedade (“caronas de trabalho”, rateio dos custos de acordo com as necessidades e possibilidades);
 - Garantir apoio interinstitucional para a distribuição e rateio dos recursos;
 - Criar instrumentos para possibilitar maior transparência no repasse e na captação de recursos para os territórios;
 - Estabelecer parcerias para a mobilização de recursos · Criar instrumentos para possibilitar maior transparência no repasse e a captação de recursos para os territórios;
 - Estabelecer dentro de cada território as prioridades de pesquisa (planejamento estratégico ou plano de gestão).
- Sugestões para outros grupos:
- Quanto às reservas da biosfera (art. 41, lei nº, SNUC) - alteração,
 - Criar uma dotação financeira para cada instrumento (tema 3).

Tema III – Institucionalização, Base Regulatória e Sustentabilidade Financeira

Nome Instituição

Miguel Angelo Andrade RBSE - PUC

Marcia Lederman GTZ

Francisco Humberto Bezerra ICMBIO

Paulo Roberto Russo ICMBIO

Paulo Vila Nova IESB/CERBMA

Claudia Costa Valor Natural

Rogério Cunha SEMA/BA

Claudio Maretti WWF

Renata Pires MMA

Maria Clarice CONJUR/MMA

João Artur NBC/OCMBIO/SBF/MMA

Sílvia ICMBIO

Caroline Delelis Embaixada da França

Tatiana MMA

Maria Clarice AGU/conjur/mma

Fernando Lima MMA

Analuze TNC

Moderador: Fernando

Relator: Marcia

(a) Existem lacunas na normatização dos instrumentos que devam ser regulamentadas pelo Poder Executivo para a institucionalização dos instrumentos?

Corredor ecológico “porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.” (art.2º, XIX)

O conceito não representa a prática existente no Brasil.

Faltam instrumentos regulatórios e articulação entre esses instrumentos.

Há estruturas que concorrem entre si e há perdas de estratégia (investimentos) → Não existe no SNUC a regulamentação para os corredores (conselhos,...). O próprio conceito está defasado dado à biologia da conservação. Falta uma regulamentação guarda-chuva e defini-los como espaços de gestão territorial com bases conservacionistas.

A normatização é importante para se ter força política.

(b) Quais as atribuições do MMA, órgãos gestores e sociedade civil organizada na criação, gestão e manutenção de territórios/instrumentos?

Resposta abaixo

(c) Quais mecanismos podem ser utilizados para garantir a sustentabilidade financeira de territórios/instrumentos?

Resposta abaixo

Dinâmica de discussão

Foram discutidos os conceitos dos instrumentos de território, buscando o nivelamento e o consenso. Simultaneamente, foram discutidos os instrumentos e as perguntas ordenadas, a saber:

CONSIDERAÇÕES GERAIS PARA TODOS OS INSTRUMENTOS:

1. Faltam instrumentos regulatórios e articulação entre esses instrumentos.
2. Há estruturas que concorrem entre si e há perdas de estratégia (investimentos)
3. Necessidade de se criar um conceito guarda-chuva de gestão de território de bases conservacionistas que abranja os instrumentos e seus conceitos.
4. Necessidade de se definir espaços/ambientes de articulação para potencializar as ações no território.
5. A escala (alcance) que serve para definir cada instrumento ajuda na definição dos atores necessários para a articulação dos processos de criação e gestão dos instrumentos.

Corredor ecológico “porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.” (art.2º, XIX).

O conceito não representa a prática existente no Brasil. A normatização tem que levar em conta a aplicabilidade do conceito para na gestão ambiental dos territórios.

Necessidade de ampliação do conceito em função das experiências em curso, respeitando-se as peculiaridades de para cada região.

Não existe no SNUC a regulamentação para os corredores (conselhos,...). O próprio conceito está defasado em função das experiências em curso. Falta uma regulamentação guarda-chuva e defini-los como espaços de gestão territorial com bases conservacionistas.

A normatização é importante para se ter força política.

Mosaico de áreas protegidas “Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.” (art.26).

· O conceito de mosaico (art. 26 da Lei do SNUC) está bom, mas a sua regulamentação não (art. 8º do Decreto).

· A pergunta é: “o que é o território do mosaico”? O território é composto pelas áreas que compõem o mosaico e/ou o conjunto de áreas protegidas?

· O que estimula/regulamenta a criação dos mosaicos e sua área de influência? O que ele(s) busca(m) para se integrar.

· Os objetivos para cada mosaico devem respeitar as realidades de cada região, fortalecendo as identidades que se colocaram para criação dos mosaicos.

· Gestão das unidades, de forma compartilhada daquilo que já existe. Deve-se estabelecer critérios que indiquem suas identidades comuns para criar os mosaicos.

· Deve-se fortalecer o instrumento de mosaico, sobrepondo, inclusive, os espaços de território a partir da identidade do território ampliada, como por exemplo, Reservas da Biosfera, que abranjam estes mosaicos.

· Considerando o mosaico como conjunto de áreas protegidas (ampliação do conceito previsto no Decreto, art. 8º), não há regulamentação da gestão integrada das unidades do mosaico, em seu contexto regional.

Problema:

deverá haver ampliação do decreto.

· O limite é a capacidade de intervenção. A lacuna é: critérios mínimos para a criação e gestão.

· Criar um instrumento de apoio à criação e gestão, tal qual um roteiro metodológico.

· Mosaico deve refletir a escala da unidade da paisagem geográfica, com enfoque ecossistêmico, definidos nas unidades de conservação e de sua região. Enfoque ecossistêmico deverá refletir a identidade da região.

· A área de delimitação do mosaico é diferente da área de atuação que ele pode ter daí a necessidade de o decreto prever isso também.

- Objetivo do mosaico deve ser maior do que a somatória dos objetivos de cada área abrangidos objetivo isolado de cada unidade de conservação que o compõe é diferente e o decreto deve prever objetivos comuns de cada unidade de conservação. Ex.: UC que tem cachoeira – a do lado não tem, mas deve integrar o mosaico com vistas a fomentar a importância daquela cachoeira.
- Necessidade de regulamentação do decreto para valorização dos aspectos socioambientais.
- Mosaico de áreas protegidas reconhecidas.

Corredor ecológico “porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.” (art.2º, XIX).

O conceito não representa a prática existente no Brasil.

Faltam instrumentos regulatórios e articulação entre esses instrumentos. Há estruturas que concorrem entre si e há perdas de estratégia (investimentos) → Não existe no SNUC a regulamentação para os corredores (conselhos,...). O próprio conceito está defasado dado à biologia da conservação. Falta uma regulamentação guarda-chuva e defini-los como espaços de gestão territorial com bases conservacionistas.

A normatização é importante para se ter força política.

Reserva da Biosfera “é um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações.” (art.41).

Fora do Brasil é tratada com outra escala, mas a forma como está no SNUC satisfaz a gestão territorial. Apesar de estar bem normatizada no SNUC, deve estabelecer em seu instrumento de regulamentação a partir das vastas experiências existentes no Brasil.

SEGUNDO DIA – 09 DE JULHO

13h30 – 16h30 - Apresentação dos resultados obtidos pelos trabalhos em grupos e debate após a conclusão dos trabalhos em grupos houve a apresentação dos grupos em plenária seguida de debate. O Objetivo das apresentações foi a promoção de debate para a troca de experiências e, principalmente, sobre o entendimento de conceitos e da necessidade de revisão da normatização de instrumentos de gestão. Não houve eleição ou priorização de conceitos ou métodos. Abaixo segue a relatoria das apresentações

Apresentação - Tema I – Território – 1A

- O grupo entende que outros instrumentos de gestão territorial devem ser considerados na temática. Não vincular a gestão territorial para conservação apenas ao SNUC. Deve-se inclusive avaliar a legitimidade de inclusão de outras áreas protegidas na discussão.
- Muitas vezes unidades próximas não têm operacionalidade de gestão, a proximidade não é critério determinante para a criação de um mosaico. O foco é a gestão.
- O grupo entendeu que não é viável a separação dos critérios por instrumentos de gestão. A decisão deve considerar todos os critérios. Talvez em outro momento ou fórum de discussão seja interessante tentar separar esses critérios. Para isso, devem-se considerar documentos já consolidados e discussões anteriores sobre a definição dos instrumentos. Por exemplo, o manual de reservas da biosfera.
- A sobreposição é possível. Foi citada a experiência que acontece na Amazônia (sobreposição dos 3 instrumentos). É importante ressaltar as peculiaridades de outras áreas protegidas (terras indígenas, áreas particulares), principalmente para adesão dessas áreas.
- A articulação entre as instituições que afetam os instrumentos deve ser fortalecida, otimizar as decisões com os conselhos existentes. O conselho, por ser consultivo, pode analisar processos de licenciamento, e levar as discussões para as instâncias de decisão.

Apresentação -Tema I-Território-1B

- O grupo entendeu que o objetivo dos instrumentos não está restrito à conservação da biodiversidade. Deve-se pensar na promoção do desenvolvimento regional.
- A partir da observação física do território, os critérios foram separados por instrumentos.
- A resposta considerou o conceito do SNUC de corredores ecológicos.
- Para Reservas da Biosfera não se pode desconsiderar a importância internacional. Este é o instrumento mais complexo em termos de organização de gestão e processo de reconhecimento.

- O recorte do Mosaico é definido pela identidade territorial associado às condições regionais do território.
- Critérios para corredores estão divididos nos conceitos SNUC e PPG7. De qualquer forma, é fundamental a capacidade de gestão do território.
- No caso de Reserva da Biosfera, o mais importante é observar se os objetivos são cumpridos.
- Há recomendação de sobreposição entre Reserva da Biosfera e outros instrumentos.
- Diferenciar as unidades territoriais formalmente constituídas e as unidades territoriais de aplicação de políticas públicas.
- Há uma notória falta de integração entre os instrumentos e a aplicação de políticas públicas. Há vários casos de duplicação de ações governamentais. Recomenda-se que a articulação seja regulamentada.

Debate-Grupos A e B

- Áreas de interstício de mosaicos: Primeiramente essas áreas não fariam parte do mosaico para fins de reconhecimento. Essas áreas são fundamentais para o desenvolvimento regional. Há necessidade de aprofundar essa discussão. Recomenda-se que esse ponto não seja regulamentado antes de se construir um consenso.

Apresentação-Tema II-Gestão

O grupo buscou ressaltar que áreas protegidas também são formadas por terras indígenas, territórios quilombolas, APP, RL e que estas devem estar inseridas nas políticas de gestão territorial.

Os custos envolvidos não se atêm somente a custos financeiros, mas também aos custos existentes para os atores envolvidos, uma vez que em grande parte as lideranças envolvidas são as mesmas.

Debate

- Conselho único em casos em que há sobreposição entre o Projeto Corredores e Reserva da Biosfera.
- Compensação ambiental: incluir destinação desse recurso para territórios também foi vista como uma situação muito delicada, já que a compensação ambiental está pouco fortalecida após mudança realizada no decreto 4340/2002. Compensação ambiental como sendo um recurso para planejamento do mosaico.
- Gestão integrada é que estabelece os limites do território, pois a gestão integrada é feita por meio da prática adotada e da identidade do território, com base na legislação.
- Trazer a população para o “mosaico”, para a gestão, ao invés de ater somente a articulação interinstitucional.
- Gestão compartilhada: agenda comum construída com base em consensos, respeitando a autonomia de cada UC.
- Instrumento de concertação: além da carta de adesão, sugere-se firmar acordos de cooperação técnica bilateral entre todos os órgãos gestores envolvidos, para garantir em termos práticos que a gestão integrada seja feita por todos os entes e que os resultados sejam vistos como sendo do conjunto.
- Cooperação Bilateral: Burocratização do processo?
- Cartas de adesão poderiam ir além da formalização da adesão, devendo conter também acordos e compromissos, e também podem ser ampliados para outros membros da sociedade civil, além de gestores.

Apresentação -Tema III- Institucionalização, Base Regulatória e Sustentabilidade Financeira

- O Grupo colocou que o corredor de conectividade ecológica, tal como definido no SNUC, como sendo “antiquado” e ultrapassado. Deveria ser a idéia do Projeto Corredores Ecológicos. Entretanto, foi ressaltado que um não deveria excluir o outro, pois estes são complementares e trabalham em diferentes escalas e com aplicação diferenciada.
- Política do Departamento de Áreas Protegidas é trabalhar de forma integrada os instrumentos de gestão territorial e não priorizar um ou outro.
- Reconhecimento legal dos Corredores Ecológicos da forma como são abordados no “Projeto Corredores Ecológicos”.
- Trabalhar conceitos específicos para escalas específicas de corredores.
- Solicitação de rubrica orçamentária específica para gestão territorial ambiental.
- Proposição de criação de fórum permanente de discussão para trocas de experiências, metodologias, dados.

16h30 – 17h00 – Encerramento

Este horário foi reservado para o encerramento do Seminário e para seus encaminhamentos. O gerente do Departamento de Áreas Protegidas, Fábio França ressaltou que o presente seminário é apenas o primeiro passo para a construção de uma estratégia nacional de gestão territorial para a conservação da

biodiversidade e apresentou a agenda de eventos para esse ano nos quais o DAP deverá organizar e participar.

ANEXO

Lista de Participantes

NOME INSTITUIÇÃO E-MAIL TELEFONES

André Afonso Ribeiro MMA/SBF/DAP andré.ribeiro@mma.gov.br 32725444
Andréia Andrigueto FUNAI aandrigueto@yahoo.com.br (61)92788708
Alexandrina Sobreira CNRBC – FUNDAJ alexandrina.sobreira@gmail.com (81)30736494
Analuze Freitas TNC afreitas@tnc.org.br (61)34219113
Allan Crema ICMBIO allan.crema@icmbio.gov.br 33419029
Antonio Edson Guimarães Farias MME Antonio.farias@mme.gov.br (61)33195864
Breno Herrera da Silva Coelho ICMBIO Breno.herera@gmail.com (21)26330079
Camila da Cunha Michelin Flora Brasil camilapaxis@yahoo.com.br (73)32941741
Carlos Lamartine Torres ICMBIO-REBIO UNIÃO/RJ carlos.mello@icmbio.gov.br (22)27771113/15
Carlos E S. Bedê IBAMA/DIPRO bedecarlos@gmail.com (61)81536200
Caroline Delelis UNB - 81573880
Célia Serrano Fundação florestal/SP cserrano@ffloresta.sp.gov.br (12)36633762
Claudia Costa Valor Natural claudiacosta@valornatural.org.br CI
Cláudio Maretti WWF-Brasil claudio@wwf.org.br
Clayton Ferreira Lino CN-RBMA cflino@uol.com.br (11)22325728
Darcy Rigueira Fundação Onda Azul daryrigueira@yahoo.com.br (71)88815998
Elisa Souza FNMA -
Egaz R. de Arruda ARPA/MMA egaz.arruda@mma.gov.br 31052063
Evandro Pereira da Silva Parna Pau -peruaçu- ICMBIO evandroperuaçu@hotmail.com (38) 36231042
Fernando Lima MMA/DAP fernando.rodriigo@mma.gov.br 31052063
Francisco J.B.Oliveira WWK francisco@wwf.org.br (61)33647400
Francisco Evandro Girão AMAZONASTUR giraoamazonastur@yahoo.com.br (91)81389175
Francisco Humberto Bezerra ICMBIO francisco.bezerra@icmbio (88)36341388
Gabriela R. Priante Teles Ávila SEMA-MT gabrielapriante@sema.mt.gov.br (65)36137327
Gerardo Angel Smith Fundação Onda Azul gerardo@ondazul.org.br (71)33127212
Geresa Bueno Rocha IEMA/PCE gerusa.bueno@gmail.com (27)31363476
Guilherme F. Gomes Destro IBAMA gui_destro@yahoo.com.br (61)81958963
Egaz R. de Arruda ARPA/MMA egaz.arruda@mma.gov.br 31052063
Heloisia Dias CN –RBMA helocnrbma@uol.com.br (11)22325728
Ivana Lamas CI i.lamas@conservacao.org.br (31)32613889
Jayme Henrique Pacheco CERBMA – ES aventur@uol.com.br (27)99690395
João Artur S. Seyffarth NBC/OCBIO/SBF/MMA João.seyffarth@mma.gov.br (61)31052070
José Francisco de Azevedo Junior SEMA/BA apacaraivatrancoso@gmail.com (73)32616903
José Williams Henrique de Souza SEMACE/COFLO henriquewilliams@?? (85) 31105516
Lúcia Helena Moura IBRAM/DF Dicon.ibram@gmail.com 99612582
Marcelo de Almeida Senhorinho PCE/BA senhorinho@hotmail.com (71)81824059
Maria Fernanda Quintela Nunes URFJ mtquintela@gmail.com (21)25626309
Maria Jasylene P. Abreu WWF-BRASIL jasy@wwf.org.br (92)36443844
Marcelo Gonçalves Cortez CEUC/SDS marcelocortez@terra.com.br (92)32360349
Márcia Lederman GTZ Márcia.lederman@gtzde (92)81664232
Maria Auxiliadora Matoso Prefeitura M. de Itabuna ambienteitabuna@yahoo.com.br (31)33647486
Maria Clarice Maia Mendonça CONJUR/MMA maria.mendonca@mma.gov.br 33171358
Miguel Angelo Andrade RBSE – PUC – MG miguelandrade@pucminas.br (31)87718878
Militão Ricardo MMA -SBF militaoricardo@mma.or.br 31052144
Nadja Havt Iepé nadjaha@gmail.com (85) 86437584
Nadinini Oliveira de M. Souza DAP/SBF/MMA Nadinini.souza@mma.gov.br
Olga Patrícia Kummer SEMA/MT olgakrummer@sema.mt.gov.br (65) 36137351
Paulo Roberto Russo ICMBIO paulo.russo@icmbio.gov.br (96)91125858
Paulo Sérgio Vila Nova Souza IESB/CERBMA psouza@iesb.org.br (73)36342179
Renato Cunha GAMBA renato@gamba.org.br (71)52486822
Reginaldo Muniz Soares FURPA saint1945@bol.com.br (86)94156170
Rinaldo José de Souza IEF MG reizimiz@yahoo.com.br (38)99582611
Rodrigo Antonio B. Moraes Victor Instituto Florestal rabmvictor@yahoo.com.br (11) 223318113

Rogério Vereza MMA verezarogério@hotmail.com 81174442
Rogério Santos Cunha SEMA/DAP rogitubera@gmail.com (73)99820212
Roberto Xavier de Lima MMA – Projeto Corredores Ecológicos Roberto.lima@mma.gov.br
(61)31052181
Ronaldo Freitas Oliveira ICMBIO Ronaldo.oliveira@icmbio.gov.br (73)88185490
Roran Valter Fernandes Associação Mico-leão-dourado roran@micoleao.org.br (22)27782025
Rosane Amaral Silva FUNAI Rosane.silva@funai.gov.br (62)91126695
Samuel Tararan WWF samueltararan@wwf.or.br
Sylvia de Souza Chada ICMBIO Sylvia.chade@icmbio.gov.br (24)33629885
Tatiana R. MMA/SBF/GAB Tatiana.rehder@mma.gov.br
Ticiane Ambroisi WWF -BRASIL ticiana@wwf.org.br (61)33647486
Thiago Mota Cardoso IPÊ thiago@ipe.org.br (92)11648595
Victor Oliveira PCE/MMA Victor.oliveira@mma.gov.br 31052180
Viviane Lasmar ICMBIO/DIUSP vivilasmar@icmbio.gov.br (61)33419034
Yara Pinto FNMA yara.pinto@mna 31052155



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

Anexo II – iv – Documento RBMA/IPEMA: Orientações aos GTs

Orientações aos GTs

Informações gerais:

- Os GTs serão constituídos por representantes dos Mosaicos do Baixo Sul e Extremo Sul da Bahia (BA), Planície Costeira e Rio Doce (ES) e Manguezais da Grande Vitória (ES);
- Cada GT vai eleger um coordenador que orientará as discussões e buscará encaminhar o grupo aos objetivos dos trabalhos, um relator que será responsável por extrair as idéias e orientações principais do grupo e redação do relatório final, um responsável por controlar o tempo dos grupos para que as discussões tem uma distribuição temporal adequada e um colaborador em digitação para anotar os esclarecimentos, discussões e encaminhamentos e auxiliar o relator na elaboração do relatório;

Propostas de organização do funcionamento do GT:

Dia 13/08 – tarde:

- 15 min., para indicar o mediador geral, relator e medidor de tempo;
- 45 min., para esclarecimentos e dirimir dúvidas sobre Base Conceitual e Marco Regulatório de Mosaicos de Áreas Protegidas, apresentados na palestra da Heloisa Dias e no material de consulta disponível nas pastas e arquivado no computador;
- 60min., para discussão e apresentação sucinta da área de abrangência do Mosaico com foco em aspectos bióticos (formações florestais, espécies endêmicas e ameaçadas, etc), físicos (hidrografia, solos, etc), econômicos (principais atividades produtivas), sociais (organizações empresariais e comunitárias existentes), programas e projetos, públicos e privados, de conservação e desenvolvimento sustentável e desenvolvimento regional, concluindo, se possível, os objetivos do Mosaico.
- 60 min., para apresentação de cada Área Protegidas existente na região, com foco em aspectos institucionais e de gestão, caracterizações bióticas e físicas e atividades desenvolvidas em UC e no entorno. Concluindo, se possível, com a contribuição de cada área protegida para os objetivos do Mosaico.

Anexo III – Documentação fotográfica



Figura 20: Público participante da Oficina durante abertura com Heloisa Dias – RBMA



Figura 21: Manhã de trabalho do segundo dia do grupo Planície do Rio Doce



Figura 22: Manhã de trabalho do segundo dia do grupo Extremo Sul da Bahia



Figura 23: Manhã de trabalho do segundo dia do grupo Manguezal da Baía de Vitória



Figura 24: Manhã de trabalho do segundo dia do grupo Planície do Rio Doce



Figura 25: Passeio de barco com o grupo para conhecer a foz do Rio Doce



Figura 26: Apresentação de grupo de dança local durante intervalo



Figura 27: Público durante a apresentação da tarde do segundo dia